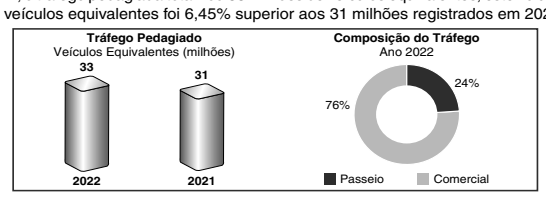
arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Relatório da Administração

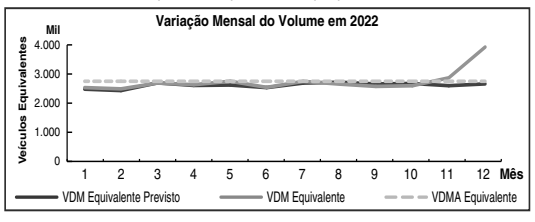
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Planalto Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Planalto Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116, que liga a cidade de Curitiba-PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 2 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em fevereiro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, reajustando a tarifa de veículos de passeio de R$6,20 para R$6,90 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2022, o tráfego pedagiada totalizou 33 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 6,45% superior aos 31 milhões registrados em 2021.



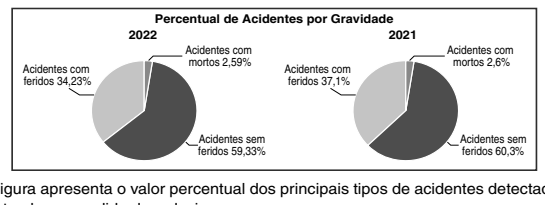
A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$288 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 10,8% sobre 2021, quando totalizou R$260 milhões. A receita de pedágio registrou R$226,5 milhões em 2022, uma variação de 16,2% em relação à 2021, quando totalizou R$195 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao reajuste da tarifa e um leve crescimento no tráfego pedagiada. A receita de obras registrou R$60 milhões em 2022, contra R$64 milhões registrada em 2021, representando uma variação de -5,8%. Resultado da variação em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R$1 milhão em 2022, o que representa 0,3% da receita bruta. No ano de 2022, a Companhia obteve uma receita líquida de R$268 milhões, um aumento de R$25 milhões em relação ao ano de 2021. **Investimentos:** O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2022 foi de R$78,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$68,6 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R$147 milhões executados nos últimos dois anos na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos – em R$ milhões		
	2022	2021	Var. %
Ampliação da Rodovia	4,6	6,6	-30,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	24,2	30,4	-20,3%
Outros Investimentos	49,4	31,6	56,2%
Total	**78,2**	**68,6**	**14,0%**

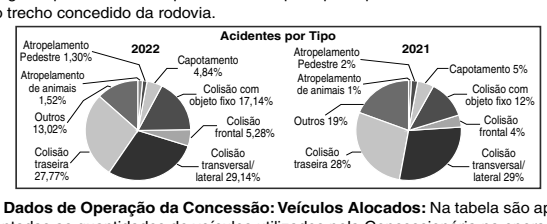
Durante o ano de 2022, foi concluída a recuperação de 5 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R$100,9 milhões, foram através de captação da 9ª e 10ª emissão de Debêntures Privadas. **Valor Adicionado:** Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como prejuízo pela Concessionária foi de R$48 milhões, representando 17% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 65,1% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R$29 milhões representando 11% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos de 2022 e 2021 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Concessionária investiu R$36 mil (R$42 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais:** **a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	5	1,21
Guincho Leve	8	1,94
Guincho Pesado	3	0,73
Ambulância Simples	9	2,18
UTI	2	0,48
Caminhão Operacional	2	0,48
Caminhão Pipa	2	0,48
Caminhão Boiadeiro	1	0,24
Balança Fixa	2	0,48
Total de veículos operacionais	**34**	**8,24**
Administração	30	7,27
Pedágio	1	0,24
Animal (caretinha)	2	0,48
Caminhão	1	0,24
Picape	3	0,73
Segurança de trabalho	2	0,48
Manutenção	4	0,97
Total de veículos de apoio	**43**	**10,42**
Total de veículos	**77**	**18,66**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/10.000
Analista Administrativo Jr	1	0,11
Assitente Administrativo	3	0,33
Auxiliar Administrativo	1	0,11
Auxiliar de Balança	23	2,53
Auxiliar de Serviços Gerais	18	1,98
Enfermeiro	10	1,10
Engenherio Civil II	3	0,33
Inspetor de Trafego	24	2,64
Médico	4	0,44
Operador de Balanca	7	0,77
Operador de Guincho	36	3,95
Operador de Guincho Pesado	14	1,54
Operador de Pipa	11	1,21
Socorrista	128	14,05
Supervisor de Tráfego	2	0,22
Total Tráfego	**285**	**31,29**
Assistente de Pedagio	19	2,09
Operador de Pedagio	108	11,86
Supervisor de Arrecadação	2	0,22
Total Arrecadação	**129**	**14,16**
Total	**414**	**45,46**

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ mil)

Receita	Em 2022	Acumulada
	288.039	3.639.062

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ mil)

Investimentos	Em 2022	Acumulado
	78.188	1.911.527

Custos Operacionais (em R$ mil) Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R$160 milhões em 2022, ante R$157 milhões em 2021, aumento de 1,7%. A maior parte desta variação refere-se a revisão do cronograma de obras, o qual tem impacto direto com a provisão de manutenção. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$54 milhões em 2022, uma redução de -19% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$67 milhões, a principal causa dessa variação foi o pagamento de custos com conservação da rodovia, ocorrido em 2022. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)

ISS	Em 2022	Acumulado
	14.407	146.300

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R$ Mil)

	2022	2021	Var %
Receita Operacional Líquida	**268,1**	**242,9**	**10,4%**
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(159,7)	(157,0)	**1,7%**
EBITDA [1]	**108,4**	**86,0**	**26,1%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	44,3	25,8	**71,7%**
EBITDA Ajustado [2]	**152,7**	**111,7**	**36,6%**

[1] EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. [2]Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)

	2022	2021	Var %
Dívida Bruta	**491,7**	**359,1**	**36,9%**
Curto Prazo	95,6	79,9	**19,6%**
Longo Prazo	396,1	279,1	**41,9%**
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	26,2	12,9	**103,7%**
Aplicações financeiras vinculadas [1]	15,1	14,9	**2,0%**
Dívida Líquida	**450,3**	**331,3**	**35,9%**

[1] Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Lucro/Prejuízo Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R$45,8 milhões, uma redução de -R$0,07 milhões frente ao resultado de R$45,9 milhões registrado no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente do resultado da reestruturação e implantação da Regional Sul. **Tarifa:** A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2022 (em R$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – Fazenda Rio Grande	bidirecional	6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P2 – Rio Negro		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P3 – Monte Castelo		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P4 – Santa Cecília		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P5 – Correria Pinto		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45

Concessionária em números

Tabela – Rodovias			
Dados anuais 2020	**Unidade de medida ou comentário**		
Quilômetros de rodovia	412,7 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	8.330.911	58%
	CAT-02	1.158.103	8%
	CAT-03	64.704	0%
	CAT-04	1.166.695	8%
	CAT-05	12.061	0%
	CAT-06	992.678	7%
	CAT-07	667.357	5%
	CAT-08	1.780.575	12%
	CAT-09	277.064	2%
	TOTAL	14.450.148	100%
Número de praças de pedágios	5 praças		

	Tabela de Categorias – Valor da Tarifa = 6,90			
	Descrição	**Eixos**	**Categorias**	**Tarifa Básica**
Tarifa	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	6,90
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	13,80
	Automóvel semirreboque e Caminhonete semirreboque	3	3	10,35
	Caminhão, Caminhão Trator semirreboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	20,70
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	13,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	4	6	27,60
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	5	7	34,50
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	6	8	41,40
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	3,45

Número de quilômetros mantidos	**412,7 quilômetros**

Índice de congestionamento	Nível C	
	Mês	**Média diária (em milhares)**
Trânsito Médio Diário Equivalente	Jan	82.389
	Fev	89.648
	Mar	87.395
	Abr	88.439
	Mai	89.422
	Jun	85.380
	Jul	89.296
	Ago	86.236
	Set	86.480
	Out	84.425
	Nov	96.336
	Dez	127.450
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	91.075

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

	Rodovia: BR-116 (SC)		
Índices de qualidade de estrada	**Parâmetro**	**Ano 14**	
		Atendem	**Não Atendem**
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
	Rodovia: BR-116 (PR)		
	Parâmetro	**Ano 13**	
		Atendem	**Não Atendem**
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação do Relatório da Administração

Receita de pedágio	226.487	em R$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	19.937	em R$ mil
Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	313	
Despesas de Pessoal	22.293	em R$ mil
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	**Método Linear**	
Ativo Líquido	41.394	em R$ mil
Ativo Bruto	1.398.139	em R$ mil
Série Histórica dos Investimentos	1.911.527	em R$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	-8.397	em R$ mil
Despesas em Manutenção	789	em R$ mil
Outras Despesas	–	em R$ mil
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	871	Acidentes sem feridos
	553	Acidentes com feridos
	44	Acidentes com mortos
Indicadores		
Receita por veículo ou KM	698	por KM
Custo por veículo ou KM	650	por KM

Balanço Social						
	2022			**2021**		
1 – Base de cálculo						
Faturamento Bruto	288.039			260.050		
Receita líquida (RL)	268.102			242.946		
Resultado operacional (RO)	-69.273			-69.175		
Folha de pagamento bruta (FPB)	11.768			10.890		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	11.768			10.890		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 – Indicadores sociais internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	2.429	21%	1%	2.212	20%	1%
Encargos Sociais	4.497	38%	2%	4.088	38%	2%
Previdência privada	118	1%	0%	–	0%	0%
Saúde	1.855	16%	1%	1.976	18%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	212	2%	0%	217	2%	0%
Educação	4	0%	0%	6	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	36	0%	0%	42	0%	0%
Creches ou auxílio creche	193	2%	0%	166	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.084	9%	0%	1.251	11%	1%
Outros	154	1%	0%	117	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	10.583	90%	4%	10.075	93%	4%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	120	1%	0%	89	1%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	–	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	3	0%	0%	80	1%	0%
Outros	5	0%	0%	–	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	128	1%	0%	169	2%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	19.614	167%	7%	16.896	155%	7%
Total – Indicadores sociais externos	19.742	168%	7%	17.065	157%	7%
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	547	5%	0%	207	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	547	5%	0%	207	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%			( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	313			298		
Tempo de serviço	12%	até seis meses		9%	até seis meses	
	11%	de seis meses a um ano		12%	de seis meses a um ano	
	15%	entre um e dois anos		33%	entre um e dois anos	
	29%	entre dois e cinco anos		28%	entre dois e cinco anos	
	33%	mais de cinco anos		18%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	83			64		
Nº de demissões durante o período	72			88		
Nº de colaboradores terceirizados	10			504		
Nº de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	5			2		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	51			48		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	199			192		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	58			56		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	126			122		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	2.481			2.258		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	2			1		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	7			7		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	22.636			23.743		
Total de horas extras pagas (valor)	498			355		
Total de INSS pagos	3.629			3.251		
Total de FGTS pago	815			770		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totals dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	368			471		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	–			-266		
Total de CSLL recolhido do período	–			–		
Total de PIS recolhidos no período	1.413			1.260		
Total de COFINS recolhidos no período	6.519			5.816		
Total de outros tributos recolhidos no período	11.153			9.685		

	2022			**2021**		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	36,29			37,89		
Número total de acidentes de trabalho	1			–		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores			( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA			( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA		
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT			( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores ( ) não se aplica			( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) não se aplica		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores			( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (X) são exigidos			( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (X) são exigidos		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva			( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	2% no PROCON 0% na Justiça			0% no PROCON 4% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir	54.024			30.720		
Distribuição do Valor Adicionado	-6%	Governo		-20%	Governo	
	-26%	Acionistas		-126%	Acionistas	
	43%	Colaboradores		72%	Colaboradores	
	89%	Terceiros		173%	Terceiros	
	0%	Retidos		0%	Retidos	

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental: Sustentabilidade: A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia. A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO2e desta fonte. Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas. Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais "individualizado" para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção. O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um "cardápio pedagógico" com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões. Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação. O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders. Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG. Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura. A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos. Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022. Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

b) Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio Negro, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	**Nota explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.240	4.674
Aplicações financeiras	5	14.005	8.213
Contas a receber	6	17.618	9.996
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	–	701
Despesas antecipadas		1.132	842
Impostos a recuperar		1.364	519
Adiantamentos a fornecedor		90	97
Outros créditos		1.354	189
Total dos ativos circulantes		**47.803**	**25.231**
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	15.149	14.858
Despesas antecipadas		808	699
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	215.545	192.098
Depósitos judiciais	18	4.119	4.209
Outras contas a receber	6	–	5
Realizável a longo prazo		235.621	211.869
Direito de uso	9	18.610	10.385
Imobilizado	10	1.094	959
Intangível em operação	11	1.058.137	1.096.763
Infraestrutura em construção	11	36.874	34.948
		1.114.715	**1.143.055**
Total dos ativos não circulantes		1.350.336	1.354.924
Total do ativo		**1.398.139**	**1.380.155**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Financiamentos	12	55.984	52.136
Debêntures	13	39.595	27.604
Risco sacado		–	204
Fornecedores	14	12.797	10.588
Arrendamento mercantil a pagar	16	9.177	2.967
Obrigações sociais		2.888	2.720
Obrigações fiscais		3.032	2.191
Contas a pagar – partes relacionadas	15	2.693	2.947
Cauções contratuais	14	4.259	5.238
Taxa de fiscalização		359	330
Provisão para manutenção em rodovias	18	26.274	34.527
Outras contas a pagar		497	1.673
Total dos passivos circulantes		**157.555**	**143.125**
Não Circulante			
Financiamentos	12	99.696	151.458
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	15	296.449	168.581
Debêntures	13	95.875	127.689
Arrendamento mercantil a pagar	16	10.418	7.804
Obrigações fiscais		6.273	1.514
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatório	18	10.859	24.570
Provisão para manutenção em rodovias	18	36.660	25.234
Total dos passivos não circulantes		**556.230**	**506.850**
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	1.099.584	1.099.584
Prejuízo acumulado		(415.230)	(369.404)
Total do patrimônio líquido		684.354	730.180
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.398.139**	**1.380.155**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita Operacional Líquida	20	268.102	242.946
Custo dos Serviços Prestados	21	(268.230)	(244.692)
Prejuízo Bruto		(128)	(1.746)
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	21	736	(11.630)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		769	293
		1.505	**(11.337)**
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		**1.377**	**(13.083)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	22	6.154	1.768
Despesas financeiras	22	(76.815)	(57.816)
Variação cambial, líquida	22	11	(44)
		(70.650)	**(56.092)**
Prejuízo operacional antes do Imposto de Renda e da contribuição social		(69.273)	(69.175)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	7	23.447	23.316
Prejuízo do Exercício		(45.826)	(45.859)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	24	**(0,0266)**	**(0,0266)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Capital social Integralizado	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Rentenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.128.034**	**(33.300)**	**1.094.734**	**–**	**–**	**(323.545)**	**771.189**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(45.859)	(45.859)
Aumento de capital		–	4.850	4.850	–	–	–	4.850
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.128.034**	**(28.450)**	**1.099.584**	**–**	**–**	**(369.404)**	**730.180**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(45.826)	(53.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.128.034**	**(28.450)**	**1.099.584**	**–**	**–**	**(415.230)**	**684.354**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(45.826)	(45.859)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa (utilizado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	107.784	99.329
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		–	3
Baixa de ativos por direito de uso		–	(204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(23.447)	(23.316)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.780)	(603)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	15	31.728	7.218
Juros e variações monetárias de financiamentos		16.340	17.687
Juros e variações monetárias de debêntures		19.563	28.185
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	22	5.299	3.640
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	(12.930)	(26)
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	2.247	–
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	18	44.284	25.796
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(7.622)	(2.153)
Contas a receber – partes relacionadas		701	(521)
Despesas antecipadas		(399)	345
Impostos a recuperar		89	121
Outros créditos		(1.165)	(9)
Depósitos judiciais		90	639
Outros contas a receber		5	5
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.833)	(4.291)
Fornecedores – partes relacionadas		(254)	919
Cauções contratuais de fornecedores		302	80
Obrigações sociais		168	96
Obrigações fiscais		236	339
Outras contas a pagar		(3.028)	(1.782)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		29	21
Taxa de Fiscalização		273	252
Custo de transação – empréstimo		(28.544)	(30.556)
Pagamento de juros		(1.176)	1.042
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		101.134	76.397
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(563)	(24)
Aquisições de itens do intangível	23	(104.036)	(91.924)
Aplicação financeira vinculada		(986)	(211)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		1.541	331
Aplicação financeira		(5.792)	(2.900)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(109.836)**	**(94.728)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado		494	486
Pagamento risco sacado		(699)	(402)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	12	(49.839)	(46.870)
Pagamento arrendamento mercantil		(5.879)	(3.227)
Pagamento de debêntures empresas ligadas- principal	15	100.900	77.300
Captações de empréstimos – empresas ligadas		(28.709)	(17.889)
Aumento/Integralização de capital	19	–	4.850
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		16.268	14.248
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**7.566**	**(4.083)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.674**	**8.757**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**12.240**	**4.674**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(45.826)	(45.859)
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**(45.826)**	**(45.859)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Prestação de serviços	20	226.487	194.853
Receita dos serviços de construção	20	60.601	64.301
Outras receitas		1.719	1.190
Juros capitalizados		3.179	2.706
		291.986	**263.050**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados		(26.501)	(28.620)
Custo dos serviços de construção	23	(60.601)	(64.301)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.427)	(9.183)
Custo da concessão		(6.014)	(5.535)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	23	(44.284)	(25.796)
Outros		11.484	(1.290)
		(136.343)	**(134.725)**
Valor adicionado bruto		155.643	128.325
Depreciação e amortização	21	(107.784)	(99.329)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		**47.859**	**28.996**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	6.154	1.768
Outros		11	(44)
		6.165	**1.724**
Valor adicionado total a distribuir		**54.024**	**30.720**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		17.615	16.731
Benefícios		4.755	4.476
FGTS		1.112	1.046
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(14.790)	(15.962)
Municipais		11.354	9.787
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		35.903	45.872
Juros capitalizados BNDES		521	572
Juros capitalizados Debentures		2.658	2.134
Aluguéis		170	189
Outras		8.824	4.516
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		31.728	7.218
Prejuízo do exercício		(45.826)	(45.859)
		54.024	**30.720**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade" ou "Planalto Sul") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (controladora) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo").

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovia. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trevos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO's. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$18.768 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$558.036 (R$572.826 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$244.999 (R$243.477 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: i. Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. No ano de 2022 a Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir. (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **4.1 Contratos de concessão de serviços**: A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas**: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis**: A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros**: **4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial**: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. 4.3.2 Classificação e mensuração subsequente. Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: •É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e •Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado.** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis**: Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: •Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. 4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (c) Contratos de Seguros; (d) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); (e) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela sociedade.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	4.533	960
Fundos de investimentos (*)	7.707	3.714
Total	**12.240**	**4.674**
Aplicações financeiras	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fundos de investimentos (**)	14.005	8.213
Total	**14.005**	**8.213**

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,14% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. **As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	16.510	–	9.151	–
Cupons de pedágio a receber	268	–	148	–
Cartões de pedágio a receber	100	–	91	–
Receitas acessórias a receber (a)	692	–	605	5
Outras receitas a receber	48	–	1	–
Total	**17.618**	**–**	**9.996**	**5**

(a) Receitas acessórias a receber referente ao uso de faixa de domínio. Cronograma de recebimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	17.618	–	9.769	5
Créditos vencidos até 60 dias	–	–	183	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	5	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	39	–
	17.618	**–**	**9.996**	**5**

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.273)	(69.175)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, **de acordo** com a alíquota vigente	23.553	23.520
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(106)	(204)
Total	**23.447**	**23.316**
Imposto Contabilizado	23.447	23.316
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	23.447	23.316
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	571.773	494.341
Provisão de participação nos lucros	775	756
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	10.859	24.569
Outras provisões	508	436
Provisão para manutenção de rodovias	62.934	59.761
Ajuste dos encargos financeiros – (credores pela concessão)	1.141	541
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(29)	(25)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	648.027	580.445
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**220.329**	**197.351**
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	–	4
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	11.072	9.688
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(14.071)	(15.451)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**(4.784)**	**(5.253)**
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	**215.545**	**192.098**

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	77.432	70.497
Provisão de participação nos lucros	19	10
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(13.711)	(1.809)
Outras provisões	70	(340)
Provisão para manutenção de rodovias	3.173	(1.398)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(4)	4
Arrendamentos	600	232
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	1.384	1.388
Amortização estorno de capitalização de juros	–	(7)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	68.963	68.577
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**23.447**	**23.316**
Total do imposto de renda e contribuição social	**23.447**	**23.316**

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*). b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R$15.149 (R$14.858 em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,90% a.a. (98,90% a.a. em 31 de dezembro de 2021) da variação do CDI.

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	9.760	2.809	420	274	19	98	**13.380**
Remensuração	482	(77)	257	–	–	841	**1.503**
Adições	–	–	–	12.636	–	–	**12.636**
Baixas	–	–	(421)	(273)	–	–	**(694)**
Saldo em 31/12/2022	**10.242**	**2.732**	**256**	**12.637**	**19**	**939**	**26.825**
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(2.276)	2	(289)	(292)	(19)	(121)	**(2.995)**
Amortização	(2.050)	(872)	(150)	(2.755)	–	(87)	**(5.914)**
Baixa	–	–	421	273	–	–	**694**
Saldo em 31/12/2022	**(4.326)**	**(870)**	**(18)**	**(2.774)**	**(19)**	**(208)**	**(8.215)**
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	7.484	2.811	131	(18)	–	(23)	**10.385**
Saldo em 31/12/2022	5.916	1.862	238	9.863	–	731	**18.610**
Taxas de amortização – a.a.	20%	17%	27%	38%	100%	8%	

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	9.019	2.435	411	265	19	237	**12.386**
Remensuração	744	37	13	9	–	47	**850**
Adições	–	2.618	–	–	–	–	**2.618**
Baixas	(3)	(2.281)	(4)	–	–	(186)	(2.474)
Saldo em 31/12/2021	**9.760**	**2.809**	**420**	**274**	**19**	**98**	**13.380**
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(449)	(1.611)	(115)	(65)	(4)	(226)	**(2.470)**
Amortização	(1.830)	(865)	(178)	(227)	(15)	(88)	**(3.203)**
Baixa	3	2.478	4	–	–	193	**2.678**
Saldo em 31/12/2021	**(2.276)**	**2**	**(289)**	**(292)**	**(19)**	**(121)**	**(2.995)**
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	8.570	824	296	200	15	11	**9.916**
Saldo em 31/12/2021	7.484	2.811	131	(18)	–	(23)	**10.385**
Taxas de amortização – a.a.	20%	35%	57%	60%	100%	41%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2021	516	1.263	606	1.048	1.283	73	**4.789**
Adições	22	–	484	57	–	–	**563**
Saldo em 31/12/2022	**538**	**1.263**	**1.090**	**1.105**	**1.283**	**73**	**5.352**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(439)	(1.046)	(597)	(782)	(958)	(8)	**(3.830)**
Depreciações	(18)	(150)	(88)	(83)	(89)	–	**(428)**
Saldo em 31/12/2022	**(457)**	**(1.196)**	**(685)**	**(865)**	**(1.047)**	**(8)**	**(4.258)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2021	77	217	9	266	325	65	**959**
Saldo em 31/12/2022	81	67	405	240	236	65	**1.094**
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31.12.2020	496	1.259	606	1.048	1.283	73	**4.765**
Alienações/baixas	20	4	–	–	–	–	**24**
Saldo em 31/12/2021	**516**	**1.263**	**606**	**1.048**	**1.283**	**73**	**4.789**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(418)	(874)	(485)	(695)	(865)	(8)	**(3.345)**
Depreciações	(21)	(172)	(112)	(87)	(93)	–	**(485)**
Saldo em 31/12/2021	**(439)**	**(1.046)**	**(597)**	**(782)**	**(958)**	**(8)**	**(3.830)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 31.12.2020	78	385	121	353	418	65	**1.420**
Saldo em 31/12/2021	77	217	9	266	325	65	**959**
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31/12/2021	1.647.818	2.814	**1.650.632**	34.948	**1.685.580**
Adições	49.476	964	**50.440**	14.302	**64.742**
Transferências/reclassificações	12.376	–	**12.376**	(12.376)	**–**
Saldo em 31/12/2022	1.709.670	3.778	**1.713.448**	36.874	**1.750.322**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021	(552.453)	(1.416)	**(553.869)**	–	**(553.869)**
Amortizações	(101.119)	(323)	**(101.442)**	–	**(101.442)**
Saldo em 31/12/2022	**(653.572)**	**(1.739)**	**(655.311)**	**–**	**(655.311)**
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2021	1.095.365	1.398	**1.096.763**	34.948	**1.131.711**
Saldo em 31/12/2022	1.056.098	2.039	**1.058.137**	36.874	**1.095.011**
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2020	1.593.273	2.151	29	**1.595.453**	22.489	**1.617.942**
Adições	49.959	663	–	**50.622**	17.019	**67.641**
Transferências/reclassificações	4.589	–	(29)	**4.560**	(4.560)	**–**
Alienações/baixas	(3)	–	–	**(3)**	–	**(3)**
Saldo em 31/12/2021	**1.647.818**	**2.814**	**–**	**1.650.632**	**34.948**	**1.685.580**
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2020	(456.965)	(1.263)	–	**(458.228)**	–	**(458.228)**
Amortizações	(95.488)	(153)	–	**(95.641)**	–	**(95.641)**
Alienações/baixas	–	–	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31/12/2021	**(552.453)**	**(1.416)**	**–**	**(553.869)**	**–**	**(553.869)**
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2020	1.136.308	888	29	**1.137.225**	22.489	**1.159.714**
Saldo em 31/12/2021	1.095.365	1.398	–	**1.096.763**	34.948	**1.131.711**
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do exercício da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou no montante de R$3.179 (R$2.706 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2022 foi de 0,64% a.a. e em 2021 0,54% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12. Análise de *impairment:* A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional. A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2022 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

12. Financiamentos – A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.187	150.781
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	27.920	32.929
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	18.132	20.605
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	203	243
				156.442	**204.558**
			Custo de transação	(762)	(964)
			Total Geral	**155.680**	**203.594**
			Circulante	55.984	52.136
			Não circulante	99.696	151.458
			Total	**155.680**	**203.594**

Estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total
Saldo inicial	52.338	152.220	204.558	49.437	200.283	249.720
Juros e variações monetárias provisionados	16.861	–	16.861	18.259	–	18.259
Amortização de principal	(49.839)	–	(49.839)	(46.870)	–	(46.870)
Pagamento de juros	(15.138)	–	(15.138)	(16.551)	–	(16.551)
Transferência	51.963	(51.963)	–	48.063	(48.063)	–
	56.185	**100.257**	**156.442**	**52.338**	**152.220**	**204.558**
Custo de transação	(201)	(561)	(762)	(202)	(762)	(964)
Saldo final	**55.984**	**99.696**	**155.680**	**52.136**	**151.458**	**203.594**

Em 31 de dezembro de 2022 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	51.392
2024	32.909
2025	10.687
2026	5.269
	100.257

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais. 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições: Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente. 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total". A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2ª Emissão – Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	136.099	155.993
				136.099	**155.993**
			Custo de transação	(629)	(700)
			Total	**135.470**	**155.293**
			Circulante	39.595	27.604
			Não circulante	95.875	127.689
			Total	**135.470**	**155.293**

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total
Saldo inicial	27.779	128.214	155.993	16.730	140.838	157.568
Juros e variações monetárias provisionados	13.290	8.931	22.221	14.050	16.269	30.319
Amortização de principal	(28.709)	–	(28.709)	(17.889)	–	(17.889)
Pagamento de juros	(13.406)	–	(13.406)	(14.005)	–	(14.005)
Transferências	40.851	(40.851)	–	28.893	(28.893)	–
	39.805	**96.294**	**136.099**	**27.779**	**128.214**	**155.993**
Custo de transação	(210)	(419)	(629)	(175)	(525)	(700)
Saldo final	**39.595**	**95.875**	**135.470**	**27.604**	**127.689**	**155.293**

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª Emissão – Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		100.000			**106.845**

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2023	51.484
2024	44.810
	96.294

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por: 1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora. 2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora. 3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. A escritura da 2ª emissão da Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura da 2ª emissão de debêntures. A Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos 12. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$12.797 (R$10.588 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$4.259 (R$5.238 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures para capital de giro. Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Régis Bittencourt S.A. (a)	–	701
Contas a receber de partes relacionadas circulante	–	701
Total parte relacionada no ativo circulante	–	701
Passivo circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a/b)	1.832	1.811
Régis Bittencourt S.A. (a)	–	2
Litoral Sul S.A. (a)	861	1.134
Passivos com partes relacionadas circulante	2.693	2.947
Total do passivo circulante	**2.693**	**2.947**
Passivo não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	296.449	168.581
Empréstimos partes relacionadas não circulante	**296.449**	**168.581**
Total do passivo não circulante	**296.449**	**168.581**

	31/12/2022 Despesas financeiras (b)	31/12/2022 Despesas gerais (a)	31/12/2021 Despesas financeiras (b)	31/12/2021 Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:				
Controladora				
Arteris S.A.	(31.728)	(6.759)	(7.218)	(6.481)
Outras partes relacionadas				
Régis Bittencourt S.A.	–	28	–	(106)
Litoral Sul S.A.	–	(2.886)	–	(3.175)
Total	**(31.728)**	**(9.617)**	**(7.218)**	**(9.762)**

(a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo. (b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019, 05 de fevereiro de 2020, 20 de janeiro de 2022 e 20 de abril de 2022 respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread,* respectivamente, de 1% a.a. com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2022 Valor do principal	31/12/2022 Juros	31/12/2021 Valor do principal	31/12/2021 Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	2.247	9.000	1.070
20.09.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	781	3.500	334
21.10.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	11.500	2.502	11.500	1.042
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	1.912	9.000	776
20.12.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	828	4.000	325
20.01.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	13.000	2.636	13.000	1.010
20.03.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.200	1.396	7.200	502
06.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	384	2.000	136
20.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.200	798	4.200	279
20.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.500	1.448	8.500	418
07.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	800	135	800	38
21.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	10.000	1.679	10.000	469
20.01.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.200	1.027	6.200	278
22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.100	506	3.100	132
22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.900	331	1.900	90
22.03.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.200	206	1.200	54
05.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	340	2.000	87
20.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	1.009	6.000	251
20.05.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	1.232	7.500	288
07.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.100	178	1.100	40
21.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.850	1.256	7.850	273
05.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.300	205	1.300	43
20.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.150	334	2.150	66
05.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.400	202	1.400	37
20.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	1.063	7.500	178
06.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	278	2.000	43
20.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.600	1.041	7.600	149
05.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	134	1.000	17

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2022 Valor do principal	31/12/2022 Juros	31/12/2021 Valor do principal	31/12/2021 Juros
20.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	788	6.000	88
22.11.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	624	5.000	45
06.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	182	1.500	9
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	177	3.500	10
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	413	1.500	4
05.01.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	341	–	–
20.01.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.000	876	–	–
07.02.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	525	–	–
21.02.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	201	–	–
07.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	292	–	–
21.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.500	605	–	–
21.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.600	242	–	–
05.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	265	–	–
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.400	536	–	–
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.900	419	–	–
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	662	–	–
05.05.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.500	198	–	–
20.05.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	12.000	889	–	–
06.06.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.500	172	–	–
20.07.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	486	–	–
22.08.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	257	–	–
20.09.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	100	–	–
05.10.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	28	–	–
20.10.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	116	–	–
21.11.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	54	–	–
20.12.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	13	–	–
			260.900	**35.549**	**160.000**	**8.581**

Passivos Circulante e Não Circulante

	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	168.581	168.581	85.145	85.145
Captações/Liberação	100.900	100.900	77.300	77.300
Juros provisionados	31.728	31.728	7.218	7.218
IR recuperar	(4.760)	(4.760)	(1.082)	(1.082)
Saldo final	**296.449**	**296.449**	**168.581**	**168.581**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu o montante de R$136 (R$344 em 31 de dezembro de 2021) já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris e de R$1.190 (R$1.026 em 31 de dezembro de 2021), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total
Saldo inicial	2.967	7.804	10.771	2.936	7.144	10.080
Remensuração	–	1.300	1.300	850	–	850
Adições	5.862	6.977	12.839	281	2.337	2.618
Utilização	(6.823)	–	(6.823)	(3.512)	–	(3.512)
Ajuste a valor presente – AVP	1.508	–	1.508	735	–	735
Transferência	5.663	(5.663)	–	1.677	(1.677)	–
Saldo final	**9.177**	**10.418**	**19.595**	**2.967**	**7.804**	**10.771**

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	4.868
2024	3.696
2025	1.243
2026	82
Após 2027	529
	10.418

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$5.879 (3.227 em 31 de dezembro de 2021). O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R$ 114 e R$ 525 para PIS e Cofins (R$ 62 e R$ 286 respectivamente para 31 de dezembro de 2021). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,18% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

17. Benefícios A Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$775 e R$756. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA *(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – (a) Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	810	394	(329)	(675)	19	219
Trabalhistas	987	618	(212)	(832)	11	572
Regulatório	22.773	1.701	(15.102)	(1.521)	2.217	10.068
Total	**24.570**	**2.713**	**(15.643)**	**(3.028)**	**2.247**	**10.859**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	345	2.150	(758)	(927)	–	810
Trabalhistas	2.292	1.261	(1.711)	(855)	–	987
Regulatório	23.741	1.798	(2.766)	–	–	22.773
Total	**26.378**	**5.209**	**(5.235)**	**(1.782)**	**–**	**24.570**

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos internos totalizando R$10.068 e R$22.773 respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R$53.568 (R$42.755 em 31 de dezembro de 2021). Reversão de regulatório refere-se a processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, os quais foram apresentadas teses jurídicas aceitas de inexecução parcial, moratória única, *Bis in Idem* e irretroatividade da Resolução 4.071/2013, a concessionária continua apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2022 representam o montante de R$1.217 (R$1.829 em 31 de dezembro de 2021).

Possíveis	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	794	996
Trabalhistas	423	460
Fiscal	–	373
Total	**1.217**	**1.829**

Os depósitos judiciais no montante de R$4.119 (R$4.209 em 31 de dezembro de 2021), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R$724 (R$685 em 31 de dezembro de 2021) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2021	34.527	25.234	59.761
Adições/Reversões	22.429	21.855	44.284
Utilizações	(44.901)	–	(44.901)
Ajuste a valor presente	1.806	1.984	3.790
Transferências	12.413	(12.413)	–
Saldo em 31/12/2022	**26.274**	**36.660**	**62.934**

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	34.056	27.103	61.159
Adições/Reversões	5.422	20.374	25.796
Utilizações	(30.102)	–	(30.102)
Ajuste a valor presente	1.665	1.243	2.908
Transferências	23.486	(23.486)	–
Saldo em 31/12/2021	**34.527**	**25.234**	**59.761**

Os pagamentos efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 referentes às manutenções realizadas foram de R$44.192 (R$31.686 em 31 de dezembro de 2021).

19. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 era de R$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R$1.099.584 que representava 1.656.659.368 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	226.487	194.853
Receita de serviços de construção	60.601	64.301
Outras receitas	951	896
	288.039	**260.050**
Deduções:		
ISSQN	(11.324)	(9.759)
PIS	(1.476)	(1.271)
COFINS	(6.813)	(5.866)
Outras deduções	(324)	(208)
Receita líquida	**268.102**	**242.946**

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos:		
Com pessoal	(16.610)	(15.333)
Serviços de terceiros	(14.239)	(13.417)
Conservação	(12.314)	(15.261)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.257)	(1.061)
Consumo	(3.187)	(3.390)
Transportes	(2.581)	(1.970)
Verba de fiscalização	(4.210)	(3.808)
Seguros/Garantias	(1.803)	(1.725)
Provisão de manutenção em rodovias	(44.284)	(25.796)
Custos de serviços da construção	(60.601)	(64.301)
Depreciação/Amortização	(107.051)	(98.462)
Outros	(93)	(168)
Total	**(268.230)**	**(244.692)**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas:		
Com pessoal	(6.872)	(6.924)
Serviços de terceiros	(1.990)	(1.533)
Manutenção de bens e conservação	(789)	(730)
Consumo	(546)	(532)
Transportes	(93)	(32)
Seguros/Garantias	(17)	(19)
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12.930	26
Comunicação e marketing	(187)	(182)
Indenizações à terceiros	(48)	(5)
Publicações legais	(207)	(171)
Depreciação/Amortização	(733)	(867)
Outros	(712)	(661)
Total	**736**	**(11.630)**

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.122	1.749
Créditos fiscais	32	14
Outras receitas	–	5
Total	**6.154**	**1.768**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(67.631)	(53.090)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.299)	(3.640)
Outras despesas	(3.885)	(1.086)
Total	**(76.815)**	**(57.816)**

	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	11	(44)
Total	**11**	**(44)**

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$67.631, o montante de R$3.179 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R$53.090 e R$2.706 em 31 de dezembro de 2021).

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Informações suplementares

	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (*)	64.742	67.641
Total das adições de imobilizado (**)	563	24
Juros capitalizados – financiamentos (*)	(521)	(572)
Juros capitalizados – debêntures (*)	(2.658)	(2.134)
	62.126	**64.959**
Aquisição (adições)	(62.126)	(64.959)
Fornecedores	3.105	2.972
Obrigações fiscais	604	(272)
Contas a pagar – partes relacionadas	–	(70)
Cauções contratuais	(1.281)	483
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(44.901)	(30.102)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	**(104.599)**	**(91.948)**
Fluxo de caixa imobilizado	(563)	(24)
Fluxo de caixa intangível	(104.036)	(91.924)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(104.599)**	**(91.948)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(42.473)	(26.989)

(*) Vide nota explicativa 11 (**) Vide nota explicativa 10

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo líquido do exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Básico/Diluído		
Prejuízo exercício	(45.826)	(45.859)
Número de ações durante exercício (*)	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	**(0,0266)**	**(0,0266)**

(*) Em milhares. Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2022 Contábil	31/12/2022 Valor justo	31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	12.240	12.240	4.674	4.674
Aplicação financeira	Nível 2	1	14.005	14.005	8.213	8.213
Contas a receber clientes	Nível 2	2	17.618	17.618	9.996	9.996
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	–	–	701	701
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	15.149	15.149	14.858	14.858
Outros créditos	Nível 2	2	1.444	1.444	291	291
			60.456	**60.456**	**38.733**	**38.733**
Passivo						
Financiamentos	Nível 2	2	155.680	155.680	203.594	203.594
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	–	–	204	204
Debêntures privada – partes relacionadas	Nível 2	2	296.449	296.449	168.581	168.581
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	2.693	2.693	2.947	2.947
Debêntures (**)	Nível 2	1	136.099	145.425	155.993	202.924
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	17.056	17.056	15.826	15.826
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	359	359	330	330
Outras contas a pagar	Nível 2	2	497	497	1.673	1.673
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	1	19.595	19.595	10.771	10.771
			628.428	**637.754**	**559.919**	**606.850**

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (**) Vide nota 13 (***) Não escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros. A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I Cenário II (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Receita de aplicações financeiras	4.491	5.613	6.736	3.368
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(39.643)	(48.812)	(57.982)	(30.473)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	**(35.152)**	**(43.199)**	**(51.246)**	**(27.105)**
TJLP	7,37%	9,21%	11,06%	5,53%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(14.037)	(16.651)	(19.266)	(11.423)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	**(14.037)**	**(16.651)**	**(19.266)**	**(11.423)**
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(20.400)	(22.601)	(24.802)	(18.198)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(20.400)	(22.601)	(24.802)	(18.198)
Juros a incorrer líquido no resultado	**(69.589)**	**(82.451)**	**(95.314)**	**(56.726)**

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R$16.510 (R$9.151 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R$45.286, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$45.859 em 31 de dezembro de 2021), e nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$109.752 (R$117.894 em 31 de dezembro de 2021). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
BNDES Automático	9,78%	155.680	176.039	14.925	50.342	57.766	47.737	5.269
Capital de giro	10,51%	–	–	–	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	9,18%	19.595	19.595	1.530	7.648	9.177	1.241	–
Debêntures – CDI	10,88%	296.449	296.449	–	–	–	296.449	–
Debêntures – IPCA	14,55%	136.099	179.165	–	53.508	67.196	58.461	–
Fornecedores e cauções contratuais		17.056	17.056	12.797	4.259	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		2.693	2.693	2.693	–	–	–	–
Outras contas a pagar		497	497	497	–	–	–	–
		628.069	**691.494**	**32.442**	**115.757**	**134.139**	**403.888**	**5.269**

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	81.382

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R$83.067 (R$86.608 em 31 de dezembro de 2021).

29. Eventos Subsequentes – Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 10ª emissão de debêntures privadas, respaldada pela ata constituída em 20 de abril de 2022 referente a emissão de R$99.500. O referido título será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread,* respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data	Aprovação	Emissão	Valor
05.01.2023	AGE	10ª emissão	2.100
			2.100

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro
Roberto Paolini – Conselheiro
Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Conselheira

Diretoria

Andre Giavina Bianchi – Diretor Executivo de Operações
Antonio Cesar Ribas Sass – Diretor de Operações
Simone Aparecida Borsato – Diretora Econômico e Financeiro/ Diretora de Relações com Investidores
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Assuntos Regulatórios
Luiz Marcelo de Souza – Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima – CRC SP- 305.385/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3.i 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. • Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo líquido no montante de R$ 215.545 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; (v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e (vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 16 de fevereiro de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/F
Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br
TRIBUNA

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

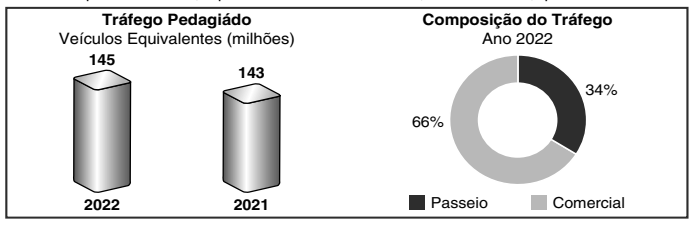
arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

Relatório da Administração

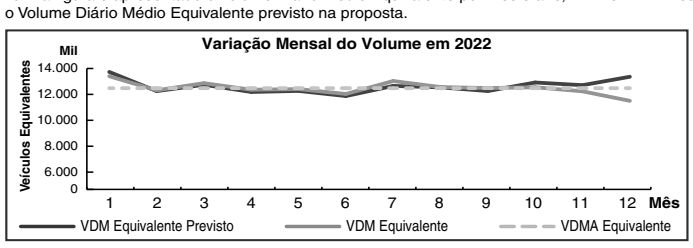
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Litoral Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em dezembro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 14ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 26 de dezembro de 2022, a tarifa de veículos de passeio passou de R$4,10 para R$4,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros. Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 145 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 1,2% superior aos 143,2 milhões registrados em 2021. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$1.612 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 21,2% sobre 2021, quando totalizou R$1.329,5 milhões.



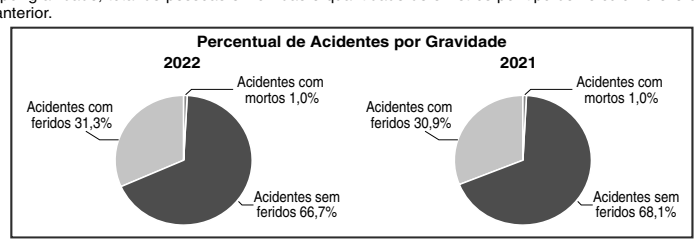
A receita de pedágio registrou R$596 milhões em 2022, um aumento de 4% em relação à 2021, quando totalizou R$573,1 milhões. A receita de obras registrou R$1.003 milhões em 2022, contra R$750,3 milhões registrada em 2021, representando uma variação de 34%. A variação é devido ao volume de obras realizadas em 2022, com destaque principal para as obras do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão, seguido das obras de Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram o valor de R$13,1 em 2022, contra R$6 milhões em 2021, o que representa um aumento de 118,06%, justificado pelas correções dos contratos já existentes pelo IPCA e a realização de novos contratos de receitas acessórias. **Investimentos:** O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2022 foi de R$1.375 bilhões. Estes valores, quando adicionados aos R$893,2 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R$ 2.268 bilhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos – R$ milhões		
	2022	**2021**	**%**
Ampliação da Rodovia	1.227,8	713,9	72,0%
Construção de Viaduto	(3,5)	4,9	-171,5%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	151,0	174,4	-13,4%
Total	**1.375,3**	**893,2**	

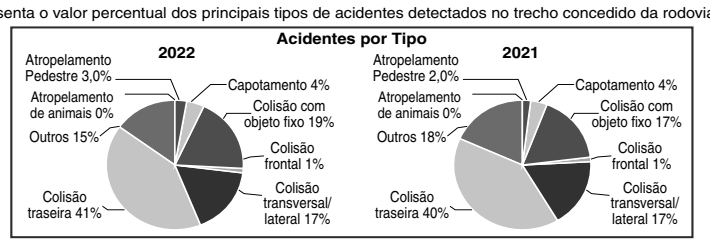
O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras rodoviárias do país, foi iniciado em maio de 2014. Atualmente estão em andamento as obras ao longo de todos os trechos Norte, Intermediário e Sul, incluindo os 4 túneis duplos. No trecho Norte que faz interseção com a BR101, foram concluídas as atividades de terraplenagem, e iniciadas as atividades dos viadutos. No trecho Intermediário houve avanço significativo com a conclusão de 15km de pista dupla pavimentada, a conclusão dos trevos no Km193 e Km204, somando ao trevo do km 215+380 que já se encontrava em operação, 8 passagens de nível estão em andamento e 4 concluídas, além disto ocorreu o vazamento do túnel 4 e iniciada as atividades de pavimentação. As obras do trecho Sul, onde encontram-se os túneis 1, 2 e 3 que estão em andamento onde já ocorreu o vazamento dos túneis 1 e 3, havendo também a liberação de diversos segmentos de aterro que estavam em adensamento, permitindo a continuidade das obras. Neste segmento, importantes obras como as intersecções com a BR-282 e BR-101, um viaduto no km 225+163 e 07 passagens de nível estão em andamento. Além disto, em 2022, a Concessionária concluiu a implantação da Obra de Arte Especial sobre o Rio Camboriú km 136 Marginal Sul. Concluiu também a Passarela km 007 e o Alargamento, Reforma e Reforço de 02 Obras de Arte Especiais, sobre o Rio Maruim km 211 e sobre o Rio Passa Vinte km 214 na rodovia BR-101/SC. Além da Obra de Arte Especial sobre o Rio Biguaçu km 192 obra em andamento. Além da recuperação de 13 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia. **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu no exercício de 2021, um total de R$2 bilhões oriundos de recursos captados através da 10ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em outubro, em duas séries, sendo a primeira série totalizando R$1.754 milhões com vencimento final em outubro de 2031, remunerada pelo IPCA + 5,86% a.a., já a segunda série totaliza o valor de R$ 246 milhões e vencimento final em outubro de 2028, remunerada pelo CDI + 1,55% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$508,3 milhões, representando 31,5% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 21% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R$420,2 milhões representando 31,6% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Concessionária investiu R$116 mil (R$159 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais: a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	**Quantidade**	**Qtde/356,96km**
Viatura de Inspeção	11	4,35
Guincho Leve	14	5,53
Guincho Pesado	6	2,37
Guincho PIPA	2	0,79
AC – Ambulância Stand	10	3,95
AD – Ambulância UTI	4	1,58
Balança Fixa	2	0,79
Caminhão Operacional	1	0,40
Mini pá carregadeira	2	0,79
Moto	2	0,79
Total de veículos operacionais	**54**	**21,33**
Administração	83	32,79
Operação de Tráfego (Líderes e Surpevisores)	12	4,74
Bases e Pedágios	2	0,79
Picape	4	1,58
Animal (carretinha)	2	0,79
Caminhão Operacional	1	0,40
Segurança de trabalho	4	1,58
Manutenção	4	1,58
Total de veículos de apoio	**112**	**44,24**
Total de veículos	**166**	**65,57**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	**Quantidade**	**Qtde/10.000**
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	3	0,21
ANALISTA DE CCA JR	1	0,07
ANALISTA OPERACIONAL PL	2	0,14
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	0,34
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,07
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	0,14
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	46	3,17
AUXILIAR DE TRAFEGO	11	0,76
CONTROLADOR DE CCA I	9	0,62
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,07
ENFERMEIRO	35	2,41
ENGENHEIRO CIVIL II	2	0,14
GERENTE DE OPERACOES	1	0,07
INSPETOR DE TRAFEGO	56	3,86
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	5	0,34
MÉDICO	24	1,66
MOTORISTA II	1	0,07
OPERADOR DE BALANCA	32	2,21
OPERADOR DE CCO	46	3,17
OPERADOR DE GUINCHO	62	4,28
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	32	2,21
OPERADOR DE PIPA	10	0,69
SOCORRISTA	152	10,48
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,21
Total Tráfego	**542**	**37,38**
OPERADOR DE PEDAGIO	348	24,00
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	1,38
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,14
Total Arrecadação	**370**	**25,52**
TOTAL GERAL	**912**	**62,90**

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Receita (em R$ mil)

	Em 2022	**Acumulada**
Receita	1.611.897	8.837.669

Investimentos (em R$ mil)

	Em 2022	**Acumulada**
Investimentos	1.375.321	6.085.210

Custos Operacionais (em R$ mil)

	Em 2022	**Acumulada**
Custos Operacionais	1.346.768	7.443.649

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R$1.284 bilhões em 2022, ante R$924,8 milhões em 2021, aumento de 39%. A maior parte desta variação refere-se a custo dos serviços de construção, que acompanham o volume de obras da Sociedade. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$151,4 milhões em 2022, um aumento de 14% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$132,9 milhões. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)

	Em 2022	**Acumulada**
ISS	54.469	317.403

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R$ mil)

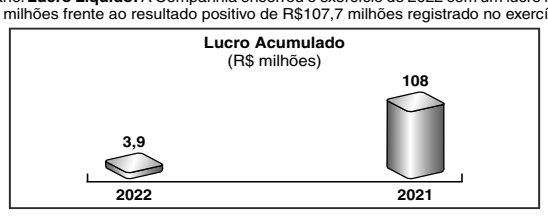
	2022	**2021**	**Var%**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.558,6**	**1.278,6**	**21,9%**
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(1.284,6)	(924,8)	38,9%
EBITDA [1]	**274,0**	**353,8**	**-22,6%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(65,4)	(41,5)	57,6%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável (Impairment)	(65.009,0)	–	–
EBITDA Ajustado [2]	**339,4**	**395,3**	**-14,1%**

[1] EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. [2] Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**Var%**
Dívida Bruta	**2.085,4**	**1.969,1**	**5,9%**
Curto Prazo	21,2	(4,7)	-550,5%
Longo Prazo	2.064,2	1.973,7	4,6%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa	339,0	956,8	-64,6%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	25,4	31,6	-19,5%
Dívida Líquida	**1.746,4**	**1.012,3**	72,5%

[1] Curto e longo prazos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Lucro Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido de R$3,9 milhões, uma redução de R$ 104 milhões frente ao resultado positivo de R$107,7 milhões registrado no exercício de 2021.



Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2022 (em R$)

Praça de pedágio	**Cobrança**	**Categoria de veículo**								
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	R$ 4,70	R$ 9,40	R$ 7,05	R$ 14,10	R$ 9,40	R$ 18,80	R$ 23,50	R$ 28,20	R$ 2,35
Garuva – P2	Bidirecional	R$ 4,70	R$ 9,40	R$ 7,05	R$ 14,10	R$ 9,40	R$ 18,80	R$ 23,50	R$ 28,20	R$ 2,35
Araquari – P3	Bidirecional	R$ 4,70	R$ 9,40	R$ 7,05	R$ 14,10	R$ 9,40	R$ 18,80	R$ 23,50	R$ 28,20	R$ 2,35
Porto Belo – P4	Bidirecional	R$ 4,70	R$ 9,40	R$ 7,05	R$ 14,10	R$ 9,40	R$ 18,80	R$ 23,50	R$ 28,20	R$ 2,35
Palhoça – P5	Bidirecional	R$ 4,70	R$ 9,40	R$ 7,05	R$ 14,10	R$ 9,40	R$ 18,80	R$ 23,50	R$ 28,20	R$ 2,35

Concessionária em números

Tabela – Rodovias			
Dados anuais e por empresa	**Unidade de medida ou comentário**		
Quilômetros de rodovia	356,96 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	48.161.569	67%
	CAT-02	4.534.299	6%
	CAT-03	383.362	1%
	CAT-04	4.185.564	6%
	CAT-05	73.372	0%
	CAT-06	3.607.413	5%
	CAT-07	2.490.800	3%
	CAT-08	7.042.291	10%
	CAT-09	1.676.642	2%
	Total	**72.155.312**	**100%**

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação do Relatório da Administração

Número de praças de pedágios	5 praças de pedágio:
	São José dos Pinhais – P1
	Garuva – P2
	Araquari – P3
	Porto Belo – P4
	Palhoça – P5

	Tabela de Categorias			
	Valor da Tarifa = 4,7			
	Descrição	Eixos	Categorias Litoral Sul	Tarifa Básica
Tarifa	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	4,7
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	9,4
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	7,05
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	14,1
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	9,4
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	18,8
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	23,5
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	28,2
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	2,35

	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
Número de quilômetros mantidos	BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
	BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
	BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
	Total		**356,96**	**713,92**
Índice de congestionamento	**Rodovia**	**Nível de serviço**		
	BR 101/SC	Nível D		
	BR 376/PR	Nível D		
	BR 116/PR	Nível C		
Trânsito Médio Diário Equivalente	**Mês**	**Média diária**		
	Jan	434.538		
	Fev	422.639		
	Mar	1.674.840		
	Abr	1.626.632		
	Mai	386.299		
	Jun	380.289		
	Jul	416.537		
	Ago	393.923		
	Set	403.185		
	Out	393.071		
	Nov	390.586		
	Dez	342.346		
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	605.407			
Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo			
	Jurídico			
	Comunicação			
	Meio Ambiente			
	Centro de Controle Operacional			
	Arrecadação			
	Conservação (engenharia)			
	Pavimentação (engenharia)			
	Obras (engenharia)			
	Projetos (engenharia)			
	Manutenção Tecnológica (rodovia)			
	Faixa de Domínio			
	Segurança do Trabalho			
	Tráfego			

	Rodovia: BR-101/SC		
	Parâmetro	ANO 15	
		Atendem	Não Atendem
Índices de qualidade de estrada	Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
	Rodovia: BR-101/SC PAULO LOPES		
	Parâmetro	ANO 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
	Rodovia: BR-116/PR		
	Parâmetro	ANO 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
	Rodovia: BR-376/PR		
	Parâmetro	ANO 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
Receita de pedágio	596.053		
Custos associados às receitas de pedágio	1.346.768		
Fator Trabalho			
Número de Trabalhadores	792		
Despesas de Pessoal	48.358		
Fator Capital			
Despesas de Depreciação	Método Linear		
Ativo Líquido	364.460		
Ativo Bruto	5.749.085		
Série Histórica dos Investimentos	6.085.210		
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado		
Fatores Intermediários			
Despesas em Administração	20.598		
Despesas em Manutenção	2.244		
Outras Despesas	–		
Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	5.789	
	Com vítimas feridas	2.795	
	Com vítimas fatais	102	
Indicadores			
Receita por KM	4.516		
Custo por KM	3.773		

Balanço Social

	2022			2021		
1 – Base de cálculo						
Faturamento Bruto	1.611.897			1.329.453		
Receita líquida (RL)	1.558.566			1.278.561		
Resultado operacional (RO)	-848			138.997		
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.835			22.408		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	25.835			22.408		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 – Indicadores sociais internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	4.661	18%	0%	4.034	18%	0%
Encargos Sociais	9.988	39%	1%	8.282	37%	1%
Previdência privada	325	1%	0%	–	0%	0%
Saúde	3.620	14%	0%	3.675	16%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	514	2%	0%	408	2%	0%
Educação	13	0%	0%	16	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	116	0%	0%	159	1%	0%
Creches ou auxílio creche	406	2%	0%	322	1%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.669	10%	0%	2.463	11%	0%
Outros	302	1%	0%	189	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	22.615	88%	1%	19.548	87%	2%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	121	0%	0%	84	0%	0%
Cultura	465	2%	0%	331	1%	0%
Saúde e saneamento	61	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	129	0%	0%	83	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	3	0%	0%	95	0%	0%
Outros (COVID – SAÚDE)	–	0%	0%	54	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	779	3%	0%	647	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	52.001	201%	3%	70.543	315%	6%
Total – Indicadores sociais externos	52.780	204%	3%	71.190	318%	6%

4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	553	2%	0%	431	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	553	2%	0%	431	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(x) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	792			781		
Tempo de serviço	15%	até seis meses		14%	até seis meses	
	13%	de seis meses a um ano		13%	de seis meses a um ano	
	17%	entre um e dois anos		32%	entre um e dois anos	
	25%	entre dois e cinco anos		27%	entre dois e cinco anos	
	30%	mais de cinco anos		14%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	285			213		
Nº de demissões durante o período	285			251		
Nº de colaboradores terceirizados	1819			5158		
Nº de estagiários (as)	2			2		
Nº de colaboradores com até 18 anos	7			15		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	158			159		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	517			502		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	110			105		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	364			348		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,27%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	11.351			8.951		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	13			11		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	22			25		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	113.281			62.431		
Total de horas extras pagas (valor)	2.331			1.063		
Total de INSS pagos	15.981			9.004		
Total de FGTS pago	3.427			2.734		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totals dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	4.911			2.843		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	2.778			13.935		
Total de CSLL recolhido do período	3.941			5.861		
Total de PIS recolhidos no período	3.984			3.688		
Total de COFINS recolhidos no período	18.386			17.022		
Total de outros tributos recolhidos no período	30.822			28.387		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	38,2			39,74		
Número total de acidentes de trabalho	7			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerenciais () todos os colaboradores			() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA			() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA		
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT			() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica			() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores			() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos			() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva			() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 4% na Justiça			0% no PROCON 9% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir	570.453			443.109		
Distribuição do Valor Adicionado	8%	Governo		18%	Governo	
	36%	Acionistas		45%	Acionistas	
	9%	Colaboradores		10%	Colaboradores	
	46%	Terceiros		26%	Terceiros	
	0%	Retidos		0%	Retidos	

Demais assuntos: A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia. A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO2e desta fonte. Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas. Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais "individualizado" para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção. O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um "cardápio pedagógico" com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões. Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação. O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders. Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG. Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura. A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos. Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação do Relatório da Administração

realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022. Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado. **b) Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

São José dos Pinhais, 16 de fevereiro de 2023.
A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	213.857	777.863
Aplicações financeiras	5	125.154	178.907
Contas a receber	6	31.020	30.809
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	3.160	4.230
Impostos a recuperar		9.719	5.766
Despesas antecipadas		5.106	5.590
Adiantamento a fornecedores		176	803
Aplicações financeiras vinculadas		25.449	–
Outros créditos		515	702
Total dos ativos circulantes		**414.156**	**1.004.670**
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	–	31.604
Despesas antecipadas		3.031	4.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	114.651	93.502
Depósitos judiciais	18.a	64.548	61.526
Outras contas a receber	6	6.489	712
Realizável a longo prazo		188.719	191.454
Direito de uso em arrendamento	9	24.757	15.840
Imobilizado	10	14.223	13.341
Intangível em operação	11	1.717.965	1.643.870
Infraestrutura em construção	11	3.389.265	2.318.758
		5.146.210	3.991.809
Total dos ativos não circulantes		**5.334.929**	**4.183.263**
Total do ativo		**5.749.085**	**5.187.933**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Debêntures	12	21.157	(8.416)
Risco sacado		–	3.720
Fornecedores	13	98.100	48.963
Arrendamento mercantil a pagar	14	14.840	4.968
Obrigações sociais		14.666	12.184
Obrigações fiscais	17	10.460	22.799
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	1.018	801
Contas a pagar – partes relacionadas	15	6.434	5.328
Cauções contratuais	13	23.707	31.354
Taxa de fiscalização		1.234	1.118
Provisão para manutenção em rodovias	18.b	49.081	56.840
Provisão para investimentos em rodovias	18.c	130	272
Juros sobre capital próprio	19	25.711	27.416
Outras contas a pagar		12.461	64.437
Total dos passivos circulantes		**278.999**	**271.784**
Não circulante			
Empréstimos – partes relacionadas	15	1.624.963	1.552.156
Debêntures	12	2.064.223	1.973.749
Arrendamento mercantil a pagar	14	10.969	11.879
Obrigações fiscais	17	36.864	24.315
Provisão para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas	18.a	17.572	13.319
Provisão para manutenção em rodovias	18.b	63.340	52.424
Provisão para investimentos em rodovias	18.c	30.730	26.534
Total dos passivos não circulantes		**3.848.661**	**3.654.376**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	1.748.496	1.378.496
Prejuízos acumulados		(127.071)	(116.723)
Total do patrimônio líquido		**1.621.425**	**1.261.773**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.749.085**	**5.187.933**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo(lucro) exercício líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	1.558.566	1.278.561
Custo dos serviços prestados	21	(1.346.763)	(1.037.148)
Lucro bruto		211.803	241.413
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(41.001)	(30.182)
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(65.009)	–
Outras receitas operacionais, líquidas		2.172	1.079
		(103.838)	**(29.103)**
Lucro operacional antes do Resultado financeiro		107.965	212.310
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	62.070	23.024
Despesas financeiras	22	(170.872)	(96.265)
Variação cambial, líquida	22	(11)	(72)
		(108.813)	**(73.313)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de Renda e da contribuição social		(848)	138.997
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	7	(16.313)	(21.085)
Diferidos	7	21.149	(10.215)
Lucro líquido do exercício		**3.988**	**107.697**
Lucro por ação básico e diluído – R$	24	**0,0027**	**0,0752**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais – R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**3.988**	**107.697**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**3.988**	**107.697**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Subscrito	A integralizar	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.497.996**	**(150.200)**	**1.347.796**	**(177.311)**	**1.170.485**
Lucro do exercício		–	–	–	107.697	107.697
Aumento de capital		–	30.700	30.700	–	30.700
Juros sobre capital próprio		–	–	–	(47.109)	(47.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.497.996**	**(119.500)**	**1.378.496**	**(116.723)**	**1.261.773**
Lucro do exercício		–	–	–	3.988	3.988
Aumento de capital	19	250.500	119.500	370.000	–	370.000
Juros sobre capital próprio		–	–	–	(14.336)	(14.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**19**	**1.748.496**	**–**	**1.748.496**	**(127.071)**	**1.621.425**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Prestação de serviços	20	596.053	573.096
Receita dos serviços de construção	20	1.002.665	750.329
Outras receitas		15.355	7.106
Juros capitalizados		295.484	111.605
		1.909.557	1.442.136
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	21	(43.368)	(40.852)
Custo dos serviços de construção	21	(1.002.665)	(750.329)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(91.749)	(23.021)
Custo da concessão		(19.203)	(15.781)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(65.427)	(41.505)
Outros		(12.745)	(9.035)
		(1.235.157)	(880.523)
Valor adicionado bruto		674.400	561.613
Depreciações e amortizações	21	(166.006)	(141.456)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		508.394	420.157
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	22	62.070	23.024
Outros	22	(11)	(72)
		62.059	22.952
Valor adicionado total a distribuir		**570.453**	**443.109**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		40.641	35.567
Benefícios		9.328	8.236
FGTS		2.445	1.956
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		17.951	52.937
Estaduais		1	–
Municipais		29.901	28.991
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		61.706	9.643
Juros capitalizados BNDES		–	21.166
Juros capitalizados Debentures		178.625	59.176
Aluguéis		442	390
Outras		22.117	25.219
Remuneração de capitais próprios:			
Juros – debêntures privadas e mútuos		86.449	60.868
Juros capitalizados sobre mútuos		116.859	31.263
Lucro do exercício		3.988	107.697
		570.453	**443.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro(prejuízo) líquido do exercício		3.988	107.697
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	21	166.006	141.456
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	10 e 11	818	1
Baixa de ativos por direito de uso	9	136	23
Redução ao valor recuperável		65.009	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(21.149)	10.215
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(3.470)	(1.334)
Juros e variações monetárias sobre mútuos e debêntures privadas		86.449	60.868
Juros e variações monetárias de empréstimos		–	2.259
Juros e variações monetárias de debêntures		61.706	7.384
Despesa/(receita) financeira dos ajustes a valor presente	22	10.157	9.243
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	18a.	8.050	4.396
Atualização monetária de provisão para riscos regulatórios	18a.	1.194	529
Constituição de provisão para manutenção	18.b	65.427	41.505
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.592)	(8.295)
Contas a receber – partes relacionadas		1.070	(3.241)
Despesas antecipadas		1.563	(4.781)
Impostos a recuperar		(1.960)	(1.504)
Outros créditos		187	418
Depósitos judiciais		(3.022)	2.557
Outras contas a receber		604	178
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		23.771	(18.718)
Fornecedores – partes relacionadas		(3.273)	(6.347)
Cauções contratuais de fornecedores		426	(5.488)
Obrigações sociais		2.482	3.427
Obrigações fiscais		(14.333)	(28.284)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.335)	(20.059)
Riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(4.991)	(4.824)
Taxa de fiscalização		116	49
Custo de transação – financiamento		8.175	(74.952)
Pagamento de juros		(150.724)	(42.759)
Outras contas a pagar		(51.976)	54.828
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		241.509	226.447
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(3.610)	(4.573)
Aquisições de itens do intangível	23	(1.129.771)	(759.335)
Aplicação financeira vinculada	8	(216.835)	(529)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	8	224.467	854
Aplicação financeira	5	53.753	(172.600)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.071.996)	(936.183)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado		2.994	22.022
Pagamento risco sacado		(6.741)	(20.353)
Pagamento de arrendamento mercantil	14	(8.147)	(6.177)
Pagamento de financiamentos – principal		–	(436.928)
Captações de empréstimos – empresas ligadas	15	–	65.150
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal		(77.735)	(165.150)
Emissão de dêbentures	12	–	2.550.000
Pagamentos debêntures – principal	12	–	(550.000)
Distribuição juros sobre capital próprio		(13.890)	(12.627)
Integraligração de capital	19	370.000	30.700
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		266.481	1.476.637
Redução(aumento) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(564.006)**	**766.901**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		777.863	10.962
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**213.857**	**777.863**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade" ou "Autopista Litoral Sul") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Autopista Litoral Sul tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Autopista Litoral Sul testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$65.009 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa provisão foi registrada no resultado da Litoral Sul sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 11.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR – 101/km 220-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceiras faixa. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$71.735 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$853.546 (R$1.681.256 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$572.464 (R$566.893 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2022 estas obras estão estimadas em R$372.829 (R$453.129 em 31 de dezembro de 2021), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: i. Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta- "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência. No ano de 2022 a Sociedade, informa que estão em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº11. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável *(Impairment):* Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **4.1 Contratos de concessão de serviços**: A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2):** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões**: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras**: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Arteris: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (c) Contratos de Seguros; (d) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); (e) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	5.827	2.853
Aplicações financeiras (*)	208.030	775.010
Total	**213.857**	**777.863**
Aplicações financeiras	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fundos de investimentos (**)	125.154	178.907
Total	**125.154**	**178.907**

*Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,59% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,30% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. **As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	26.583	–	29.245	–
Cupons de pedágio a receber	656	–	871	–
Cartões de pedágio a receber	275	–	251	–
Receitas acessórias a receber (a)	3.256	6.381	413	530
Outras receitas a receber	250	108	29	182
Total	**31.020**	**6.489**	**30.809**	**712**

(a) Receitas acessórias, principalmente dos contratos de oleodutos, gasodutos e derivados referente ao uso da faixa de domínio. A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade. Cronograma de recebimento:

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	28.104	6.489	30.484	712
Créditos vencidos até 60 dias	443	–	325	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	52	–	–	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	784	–	–	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.637	–	–	–
	31.020	**6.489**	**30.809**	**712**

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	(848)	138.997
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	288	(47.259)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	4.874	16.017
Outras diferenças permanentes	(326)	(58)
Total	4.836	(31.300)
Imposto contabilizado	4.836	(31.300)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(16.313)	(21.085)
Diferido	21.149	(10.215)
	4.836	(31.300)
Alíquota efetiva de impostos	(570%)	(23%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	190.927	211.492
Provisão de participação nos lucros	5.392	4.087
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	17.572	13.319
Outras provisões	1.855	2.136
Provisão para manutenção de rodovias	112.421	109.264
Amortização acumulada de obras futuras	2.082	393
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	4.974	3.693
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	–	(27)
Arrendamentos	1.034	989
Valor recuperável de intangível – impairment	65.009	–
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	401.266	345.346
Alíquota nominal	34%	34%
Total	136.430	117.418
Diferenças temporárias passivas		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	50.152	43.861
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(36)	(29)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(64.057)	(70.341)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(21.779)	(23.916)
Base do imposto de renda e contribuição social	114.651	93.502
Movimentos de resultados representados por:		
	31/12/2022	**31/12/2021**
Prejuízo fiscal e base negativa	(20.565)	(27.028)
Provisão de participação nos lucros	1.305	1.895
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	4.253	101
Outras provisões	(281)	563
Provisão para manutenção de rodovias	3.157	(15.668)
Amortização acumulada de obras futuras	1.689	1.532
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.281	1.525
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	27	(22)
Arrendamentos	45	769
Valor recuperável de intangível – impairment	65.009	–
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	6.291	6.289
Amortização estorno de capitalização de juros	(7)	–
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	62.204	(30.044)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	21.149	(10.215)
Total do imposto de renda e contribuição social	21.149	(10.215)

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações: **Debêntures:** A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R$25.449 no ativo circulante (R$31.604 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 104,97% a.a. da variação do CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31/12/2021	18.366	3.552	863	240	157	415	–	23.593
Remensuração	356	394	1.045	3.613	–	1.840	–	7.248
Adições/Reversões	–	2.211	–	7.378	–	–	–	9.589
Baixas	–	(3.551)	(676)	(183)	(157)	–	–	(4.567)
Saldo em 31/12/2022	18.722	2.606	1.232	11.048	–	2.255	–	35.863
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2021	(3.803)	(2.903)	(658)	(89)	(32)	(268)	–	(7.753)
Amortização	(3.938)	(1.189)	(205)	(2.279)	12	(185)	–	(7.784)
Baixa	–	3.552	676	183	20	–	–	4.431
Saldo em 31/12/2022	(7.741)	(540)	(187)	(2.185)	–	(453)	–	(11.106)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2021	14.563	649	205	151	125	147	–	15.840
Saldo em 31/12/2022	10.981	2.066	1.045	8.863	–	1.802	–	24.757
Taxas de amortização – a.a.	20%	54%	50%	60%	7%	8%	0%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31/12/2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
Remensuração	–	111	–	–	6	25	–	142
Adições	1.348	141	34	209	6	(770)	(2)	966
Baixas	–	–	–	(958)	–	(57)	–	(1.015)
Saldo em 31/12/2021	18.366	3.552	863	240	157	415	–	23.593
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
Amortização	(3.520)	(1.344)	(566)	(362)	(11)	(66)	2	(5.867)
Baixa	–	–	–	992	–	–	–	992
Saldo em 31/12/2021	(3.803)	(2.903)	(658)	(89)	(32)	(268)	–	(7.753)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	–	20.622
Saldo em 31/12/2021	14.563	649	205	151	125	147	–	15.840
Taxas de amortização – a.a.	20%	33%	66%	38%	7%	41%	0%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
(g) Refere se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2021	1.142	4.457	836	330	4.002	329	8.034	19.130
Adições	76	1.735	875	12	39	–	873	3.610
Transferências/reclassificações (*)	7.834	96	530	–	(1.012)	–	(7.735)	(287)
Alienações/baixas	–	(52)	(468)	–	(16)	–	–	(536)
Saldo em 31/12/2022	9.052	6.236	1.773	342	3.013	329	1.172	21.917
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021	(962)	(2.027)	(768)	(320)	(1.471)	(241)	–	(5.789)
Depreciações	(706)	(851)	(184)	(40)	(226)	–	–	(2.007)
Alienações/baixas	–	51	35	–	16	–	–	102
Saldo em 31/12/2022	(1.668)	(2.827)	(917)	(360)	(1.681)	(241)	–	(7.694)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	180	2.430	68	10	2.531	88	8.034	13.341
Saldo em 31/12/2022	7.384	3.409	856	(18)	1.332	88	1.172	14.223
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido do intangível para o imobilizado.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
Adições	42	1.210	–	–	1.566	–	1.755	4.573
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	–	–	11	11
Alienações/baixas	(10)	–	–	–	–	–	–	(10)
Saldo em 31/12/2021	1.142	4.457	836	330	4.002	329	8.034	19.130
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	–	(4.862)
Depreciações	(56)	(582)	(73)	(44)	(181)	–	–	(936)
Transferências/reclassificações	–	–	–	25	–	(25)	–	–
Alienações/baixas	8	1	–	–	–	–	–	9
Saldo em 31/12/2021	(962)	(2.027)	(768)	(320)	(1.471)	(241)	–	(5.789)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Saldo em 31/12/2021	180	2.430	68	10	2.531	88	8.034	13.341
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(a) Imobilizado em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. A expectativa é que estas obras sejam concluídas durante o exercício de 2023, com a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

11. Intangível e Infraestruturas em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores (*)	Total do intangível	Infraestruturas em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2021	2.342.740	9.438	44.210	**2.396.388**	2.318.758	**4.715.146**
Adições	136.737	1.294	139.923	**277.954**	1.087.969	**1.365.923**
Transferências/reclassificações (*)	93.538	–	(75.789)	**17.749**	(17.462)	**287**
Alienações/baixas	–	–	(384)	**(384)**	–	**(384)**
Redução ao valor recuperável (d)	(65.009)	–	–	**(65.009)**	–	**(65.009)**
Saldo em 31/12/2022	2.508.006	10.732	107.960	**2.626.698**	3.389.265	**6.015.963**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(745.150)	(7.368)	–	**(752.518)**	–	**(752.518)**
Amortizações	(155.495)	(720)	–	**(156.215)**	–	**(156.215)**
Saldo em 31/12/2022	(900.645)	(8.088)	–	**(908.733)**	–	**(908.733)**
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2021	1.597.590	2.070	44.210	**1.643.870**	2.318.758	**3.962.628**
Saldo em 31/12/2022	1.607.361	2.644	107.959	**1.717.965**	3.389.265	**5.107.230**
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido para o imobilizado.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestruturas em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	2.108.506	8.555	12.981	**2.130.042**	1.691.667	**3.821.709**
Adições	146.803	883	70.766	**218.452**	674.996	**893.448**
Transferências/reclassificações	87.431	–	(39.537)	**47.894**	(47.905)	**(11)**
Saldo em 31/12/2021	2.342.740	9.438	44.210	**2.396.388**	2.318.758	**4.715.146**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(611.080)	(6.785)	–	**(617.865)**	–	**(617.865)**
Amortizações	(134.070)	(583)	–	**(134.653)**	–	**(134.653)**
Saldo em 31/12/2021	(745.150)	(7.368)	–	**(752.518)**	–	**(752.518)**
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	1.497.426	1.770	12.981	**1.512.177**	1.691.667	**3.203.844**
Saldo em 31/12/2021	1.597.590	2.070	44.210	**1.643.870**	2.318.758	**3.962.628**
Taxas de amortização – a.a. (c)	5%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção o Contorno de Florianópolis.

(c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

(d) Foram realizadas projeções de fluxos de caixas futuros (análise de *impairment),* o qual indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, motivando a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou o montante de R$295.484 (R$111.605 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo da infraestrutura em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2022 foi de 8,22% e em 2021 foi de 10,20%, do total de juros anual provisionados no período, vide nota explicativa 12.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos do CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam o fluxo de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021). A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R$65.009 em 31 de dezembro de 2022. Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
10ª Emissão – 1ª Série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	1.903.558	1.795.787
10ª Emissão – 2ª Série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	253.364	249.263
				2.156.922	2.045.050
			Custo de transação	(71.542)	(79.717)
			Total	2.085.380	1.965.333
			Circulante	21.157	(8.416)
			Não circulante	2.064.223	1.973.749
			Total	2.085.380	1.965.333

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2022			31/12/2021		
Moeda local	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	–	2.045.050	2.045.050	–	–	–
Captações/Renovações	–	–	–	–	2.550.000	2.550.000
Juros provisionados	129.733	110.598	240.331	5.336	61.224	66.560
Amortização de principal	–	–	–	(550.000)	–	(550.000)
Pagamento de juros	(128.459)	–	(128.459)	(6.743)	(14.767)	(21.510)
Transferências	28.329	(28.329)	–	551.407	(551.407)	–
	29.603	2.127.319	2.156.922	–	2.045.050	2.045.050
Custo de transação	(8.446)	(63.096)	(71.542)	(8.416)	(71.301)	(79.717)
Saldo final	21.157	2.064.223	2.085.380	(8.416)	1.973.749	1.965.333

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª emissão – 1ª Série	15.10.2021	1.754.020	1.000	11.11.2021	1.754.020
10ª emissão – 2ª Série	15.10.2021	245.980	1.000	11.11.2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária da concessionária Litoral Sul no valor de R$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R$ 1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{(EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX)}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2021 e 2023
4,0 – em 2024
3,5 – em 2025
3,0 – em 2026
2,5 – em 2027
2,0 – entre 2028 e 2029
1,0 – entre 2030 e 2031

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R$98.100 (R$48.963 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$23.707 (R$31.354 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	4.968	11.879	16.847	5.365	15.476	20.841
Remensuração	4.570	2.678	7.248	–	6	6
Adições	8.581	1.008	9.589	(429)	1.531	1.102
Utilização (*)	(9.690)	–	(9.690)	(6.579)	–	(6.579)
Ajuste a valor presente – AVP	1.815	–	1.815	1.477	–	1.477
Transferência	4.596	(4.596)	–	5.134	(5.134)	–
Saldo Final	14.840	10.969	25.809	4.968	11.879	16.847

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$8.147 (R$6.177 em 31 de dezembro de 2021).

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R$163 e R$750 para PIS e COFINS (R$112 e R$517 respectivamente para 31 de dezembro de 2021). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a taxa média é de 10,32% a.a. e 8,42%, respectivamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2024	3.742
2025	1.774
2026	4.172
2027	173
Após 2027	1.108
	10.969

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	5	2
Planalto Sul S.A. (a)	861	1.134
Fernão Dias S.A. (a)	–	2
Régis Bittencourt S.A. (a)	2.289	3.090
Via Paulista S.A. (a)	5	2
Contas a receber de partes relacionadas circulante	**3.160**	**4.230**
Total parte relacionada no ativo circulante	**3.160**	**4.230**
Passivo circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	6.434	5.319
Planalto Sul S.A. (a)	–	5
Régis Bittencourt S.A. (a)	–	4
Passivos com partes relacionadas circulante	**6.434**	**5.328**
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora	25.711	27.416
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	**25.711**	**27.416**
Total do passivo circulante	**32.145**	**32.744**
Passivo não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	755.620	676.154
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	869.343	876.002
Empréstimos partes relacionadas não circulante	**1.624.963**	**1.552.156**
Total do passivo não circulante	**1.624.963**	**1.552.156**

	31/12/2022		31/12/2021	
Contas de Resultado:	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(203.308)	(20.004)	(92.131)	(9.835)
Juros Capitalizados (*)	116.859	–	31.263	–
Outras partes relacionadas				
Intervias S.A.	–	3	–	37
Planalto Sul S.A.	–	2.886	–	58
Fernão Dias S.A.	–	15	–	–
Régis Bittencourt S.A.	–	7.728	–	(209)
Via Paulista S.A.	–	2	–	–
Total	(86.449)	(9.370)	(60.868)	(9.949)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

(a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.

(b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do "*spread*" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão; 1% para a 6ª, 7ª e 8ª emissão; e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

			31/12/2022		31/12/2021	
Data da Liberação	**Vencimento**	**Encargos**	**Valor do principal**	**Juros**	**Valor do principal**	**Juros**
28.04.2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	32.745	35.117	110.514	48.465
03.07.2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	20.000	17.560	20.000	13.302
19.08.2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	30.000	25.368	30.000	19.100
21.05.2018	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	280.000	74.443	280.000	37.299
19.11.2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	260.000	49.998	260.000	17.781
05.11.2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	37.700	6.412	37.700	1.841
			660.445	208.898	738.214	137.788

(c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demostrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

			31/12/2022		31/12/2021	
Data da Liberação	**Vencimento**	**Encargos**	**Valor do principal**	**Juros**	**Valor do principal**	**Juros**
04.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	4.000	8.405	4.000	7.133
17.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	10.507	5.000	8.916
25.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	2.000	4.203	2.000	3.566
06.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	8.000	16.811	8.000	14.265
27.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	6.000	12.608	6.000	10.699
05.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	21.014	10.000	17.831
27.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	21.014	10.000	17.831
05.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	10.507	5.000	8.916
19.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	17.000	35.724	17.000	30.313
10.06.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	19.284	15.000	15.593
10.09.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	37.142	30.000	29.913
08.10.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	42.829	35.000	34.449
24.01.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	44.533	40.000	35.624
05.03.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	27.292	25.000	21.781
01.04.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	32.315	30.000	25.748
09.05.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	36.985	35.000	29.399
20.06.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	20.667	20.000	16.381
02.03.2015	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	26.780	30.000	20.796
			327.000	428.620	327.000	349.154

	31/12/2022			31/12/2021		
Passivos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	–	1.552.156	1.552.156	–	1.574.579	1.574.579
Captações	–	–	–	–	65.150	65.150
Juros provisionados	–	203.308	203.308	–	92.131	92.131
Amortização/Recebimento de principal	(77.735)	–	(77.735)	(165.150)	–	(165.150)
Pagamento/Recebimento de juros	(22.265)	–	(22.265)	(863)	–	(863)
Imposto de renda retido na fonte	–	(30.501)	(30.501)	–	(13.691)	(13.691)
Transferências	100.000	(100.000)	–	166.013	(166.013)	–
Saldo final	–	1.624.963	1.624.963	–	1.552.156	1.552.156

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu o montante de R$1.177 (R$741 em 31 de dezembro de 2021), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$4.050 (R$3.160 em 31 de dezembro de 2021), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Benefícios A Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$5.392 e R$4.087. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA da Sociedade e EBTIDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. Obrigações Fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda – IRPJ	–	–	–	173	–	173
Contribuição social – CSLL	1.018	–	1.018	628	–	628
	1.018	–	1.018	801	–	801
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.561	36.864	38.425	13.702	24.315	38.017
Programa de integração social – PIS	331	–	331	364	–	364
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.527	–	1.527	1.681	–	1.681
Tributos federais retidos	2.617	–	2.617	1.534	–	1.534
Impostos municipais	4.424	–	4.424	5.518	–	5.518
	10.460	36.864	47.324	22.799	24.315	47.114
Total	11.478	36.864	48.342	23.600	24.315	47.915

18. Provisões – (a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	2.105	8.586	(2.078)	(4.530)	1.183	5.266
Trabalhistas	368	712	(223)	(461)	7	403
Regulatório	10.846	1.053	–	–	4	11.903
Total	13.319	10.351	(2.301)	(4.991)	1.194	17.572
	30/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Encargos**	**31/12/2021**
Cíveis	2.129	6.632	(3.600)	(3.056)	–	2.105
Trabalhistas	772	2.823	(1.459)	(1.768)	–	368
Regulatório	10.317	–	–	–	529	10.846
Total	13.218	9.455	(5.059)	(4.824)	529	13.319

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R$11.903 e R$10.846, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade e que sumarizam o montante de R$22.542 em 31 de dezembro de 2022 (R$19.050 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	108.806	8.452
Trabalhistas	849	810

	31/12/2022	31/12/2021
Ambiental	3.327	3.139
Fiscal	6.301	2.980
Total	119.283	15.381

Os depósitos judiciais no montante de R$64.548 em 31 de dezembro de 2022 (R$61.526 em 31 de dezembro de 2021) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. (c) Provisão para investimento: A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a..

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2021	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264
Adições/Reversões	–	19.763	2.774	45.664	2.774	65.427
Utilizações	(142)	(69.163)	–	–	(142)	(69.163)
Ajuste a valor presente	–	–	1.422	6.893	1.422	6.893
Transferências	–	41.641	–	(41.641)	–	–
Saldo em 31/12/2022	130	49.081	30.730	63.340	30.860	112.421

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	–	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932
Adições/Reversões	–	3.965	282	37.540	282	41.505
Utilizações	(892)	(62.542)	–	–	(892)	(62.542)
Ajuste a valor presente	–	–	2.419	5.369	2.419	5.369
Transferências	1.164	46.916	(1.164)	(46.916)	–	–
Saldo em 31/12/2021	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referentes às manutenções realizadas foram de R$68.669 (R$60.911 em 31 de dezembro de 2021).

19. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.748.496 (R$1.497.996 em 31 de dezembro de 2021), composto por 1.710.337.729 (1.432.019.209 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$1.748.496 (R$1.378.496 em 31 de dezembro de 2021).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.10.2022	AGE	Dinheiro	218.750.000	210.000	119.500
20.10.2022	AGE	Dinheiro	133.318.520	120.000	120.000
20.12.2022	AGE	Dinheiro	145.000.000	130.500	130.500
			497.068.520	460.500	370.000

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Juros sobre o capital próprio: O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda. Em 20 de janeiro de 2022, a Sociedade efetuou o pagamento de R$13.890 a título de juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui o saldo de dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio no valor de R$25.711 (R$27.416 em 31 de dezembro de 2021).

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	596.053	573.096
Receita de serviços de construção	1.002.665	750.329
Outras receitas	13.179	6.028
	1.611.897	1.329.453
Deduções		
ISSQN	(29.812)	(28.929)
PIS	(3.951)	(3.759)
COFINS	(18.237)	(17.348)
Outras deduções	(1.331)	(856)
Receita líquida	1.558.566	1.278.561

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos		
Com pessoal	(34.247)	(31.497)
Serviços de terceiros	(24.976)	(23.234)
Conservação	(18.393)	(17.617)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.741)	(3.518)
Consumo	(7.646)	(8.541)
Transportes	(6.723)	(4.735)
Verba de fiscalização	(14.604)	(13.330)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.179)	(416)
Seguros/Garantias	(3.421)	(2.034)
Provisão de manutenção em rodovias	(65.427)	(41.505)
Custos de serviços da construção	(1.002.665)	(750.329)
Depreciação/Amortização	(163.123)	(139.361)
Outros	(618)	(1.031)
Total	(1.346.763)	(1.037.148)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Despesas		
Com pessoal	(18.161)	(14.263)
Serviços de terceiros	(4.229)	(3.259)
Manutenção de bens e conservação	(2.244)	(1.650)
Consumo	(1.946)	(1.560)
Transportes	(299)	(62)
Seguros/Garantias	(53)	(38)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8.050)	(4.396)
Comunicação e marketing	(595)	(531)
Indenizações à terceiros	(154)	(104)
Publicações legais	(252)	(287)
Depreciação/Amortização	(2.883)	(2.095)
Outros	(2.137)	(1.939)
Total	(41.003)	(30.184)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	61.780	22.913
Créditos fiscais	137	3
Outras receitas	153	108
Total	62.070	23.024
	31/12/2022	**31/12/2021**
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(148.155)	(70.511)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(10.157)	(9.243)
Outras despesas	(12.560)	(16.511)
Total	(170.872)	(96.265)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	(11)	(72)
Total	(11)	(72)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$443.639, o montante de R$295.484 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R$154.484 e R$111.605 em 31 de dezembro de 2021).

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Informações suplementares:

	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de intangível e infraestruturas em construção (*)	1.365.923	893.448
Total das adições de imobilizado (**)	3.610	4.573
Juros capitalizados – mútuos (*)	(116.859)	(31.263)
Juros capitalizados – financiamentos (*)	–	(21.166)
Juros capitalizados – debêntures (*)	(178.625)	(59.176)
	1.074.049	786.416
Aquisição (adições)	(1.074.049)	(786.416)
Depósitos judiciais para desapropriação	–	(2.339)
Fornecedores	24.450	41.465
Obrigações fiscais	(13.557)	39.358
Contas a pagar – partes relacionadas	4.379	(3.973)
Cauções contratuais	(8.073)	11.149
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(69.163)	(62.542)
Provisão para investimentos em rodovias	2.632	(610)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestruturas em construção	(1.133.381)	(763.908)
Fluxo de caixa imobilizado	(3.610)	(4.573)
Fluxo de caixa intangível	(1.129.771)	(759.335)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(1.133.381)	(763.908)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(59.332)	22.508

(*) Vide nota explicativa 11. (**) vide nota explicativa 10.

24. Lucro por Ação – O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2022	31/12/2021
Básico/Diluído		
Lucro do exercício	3.988	107.697
Número de ações durante exercício	1.462.688	1.432.019
Lucro por ação	0,0027	0,0752

O quadro abaixo apresenta a média ponderada das ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31/12/2021	–	0,00%	–	1.432.019.209	1.432.019.209
Ata AGE	20/10/2022	72	19,73%	133.318.520	1.565.337.729	26.298.448
Ata AGE	20/12/2022	11	3,01%	145.000.000	1.710.337.729	4.369.863
	31/12/2022	**365**	**0,00%**	**278.318.520**	**–**	**1.462.687.520**
					Média ponderada (em milhares)	**1.462.688**

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	213.857	213.857	777.863	777.863
Aplicações financeiras	Nível 2	1	125.154	125.154	178.907	178.907
Contas a receber clientes	Nível 2	2	31.020	31.020	30.809	30.809
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	3.160	3.160	4.230	4.230
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	25.449	25.449	31.604	31.604
Outros Créditos	Nível 2	2	7.180	7.180	2.217	2.217
			405.820	405.820	1.025.630	1.025.630
Passivo						
Risco sacado	Nível 2	2	–	–	3.720	3.720
Mútuos partes relacionadas	Nível 2	2	755.620	755.620	676.154	676.154
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	869.343	869.343	876.002	876.003
Contas a pagar – partes relacionadas e juros sobre capital próprio	Nível 2	2	32.145	32.145	32.744	32.744
Debêntures (**)	Nível 2	1	2.085.380	2.127.113	1.965.333	773.846
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	121.807	121.807	80.317	80.317
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.234	1.234	1.118	1.118
Outras contas a pagar	Nível 2	2	12.461	12.461	64.437	64.437
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	2	25.809	25.809	16.847	16.847
			3.903.799	3.945.532	3.716.672	2.525.186

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (**) Vide nota 12 (***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(31.037)	(38.796)	(46.555)	23.277
Receita de aplicações financeiras	45.523	56.904	68.285	34.142
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(221.352)	(271.725)	(322.098)	(170.979)
Juros a incorrer – Debêntures	(31.037)	(38.796)	(46.556)	(23.277)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(237.903)	(292.413)	(346.924)	(136.837)
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer – Debêntures	(101.079)	(126.349)	(151.618)	(75.809)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(101.079)	(126.349)	(151.618)	(75.809)

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
Juros a incorrer líquido	(338.982)	(418.762)	(498.542)	(212.646)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN.
(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R$26.583 (R$29.245 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S/A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

							Fluxos de caixa contratuais	
Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	10,32%	25.809	28.337	3.086	11.993	5.889	4.893	2.476
Partes relacionadas	14,22%	1.624.963	1.624.963	–	–	1.624.963	–	–
Debêntures – CDI	15,41%	253.364	2.571.361	–	3.783	3.798	246.003	2.317.777
Debêntures – IPCA	12,10%	1.903.558	1.490.700	–	112.712	121.944	1.046.258	209.786
Fornecedores e cauções contratuais		121.807	121.807	121.807	–	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		6.434	6.434	6.434	–	–	–	–
Outras contas a pagar		12.461	12.461	12.461	–	–	–	–
		3.948.396	**5.856.063**	**143.788**	**128.488**	**1.756.594**	**1.297.154**	**2.530.039**

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	192.962

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 foram de R$ 69.444 e de R$70.366, respectivamente.

29. Eventos Subsequentes – Em 20 de janeiro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital da Sociedade no valor de R$ 796.000, mediante a emissão de 846.808.511 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,94.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass – Diretor de Operações
Andre Giavina Bianchi – Diretor Executivo de Operações
Simone Aparecida Borsato – Diretora Econômico Financeiro/ Diretora de Relações com Investidores
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Assuntos Regulatórios
Luiz Marcelo de Souza – Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro
Roberto Paolini – Conselheiro
Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Conselheira

Contador

Fernando Vinícius de Lima
CRC-SP 305.385/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A. São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3 (ii) 4.7 e 11 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R$ 114.651 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração do fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; (v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e (vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 11 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu adições no montante de R$ 1.087.968 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 16 de fevereiro de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC 1SP 293539/O-8

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

DICAS PRA GELAR A SUA CERVEJA

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Carnaval, festerê? Levante a mão quem já deixou para comprar a cerveja do "rachide" na última hora. E na pressa, quem é que só achou cerveja quente na prateleira do supermercado ou do posto de gasolina? Sem chance, esse vacilo com a turma de amigos sempre acontece, mas como o Brasil é o país da criatividade, tem jeito para tudo quando o assunto é fazer festa.

Pensando nos mais distraídos, para que não paguem mico bebendo cerveja quente ou "filando" a cerveja gelada dos outros, a **Tribuna** separou algumas dicas fáceis para gelar o líquido precioso mais rápido.

Truque do sal e álcool

Tem gente que não acredita, mas a mistura de sal (não pode ser sal grosso), álcool e gelo é capaz de gelar a lata de cerva em até três minutos. O truque é o seguinte:

1 – Coloque no isopor um litro de água para cada 500 gramas de sal e 500 ml de álcool. Isso vale para cada saco de gelo.

2 – Deixe bem misturado, espere o sal se dissolver e coloque a cerveja.

3 – Aguarde os milagrosos três minutos, limpe a lata e pronto.

Só não esqueça de dar uma bronca em quem trouxe a cerveja quente.

O famoso papel toalha molhado

Essa é boa, funciona para latinhas e garrafas.

1 – Pegue uma toalha de papel ou um maço de guardanapo e enrole bem na cerveja, até que ela fique totalmente coberta.

2 – Ligue a torneira da pia e molhe bem.

3 – Deixe no freezer por pelo menos 5 minutos e a cerva estará pronta para beber.

Não acredita? É que o papel molhado absorve o ar refrigerado mais facilmente. Talvez demore um pouco mais de cinco minutos, mas já está louco de bom.

Usar uma panela de pressão

Ai, ai, ai, parece coisa de cozinha, mas dá para gelar a cerveja em até 40 segundos desse jeito.

1 – Pegue uma panela de pressão e coloque um terço de gelo nela.

2 – Ponha a latinha dentro, cubra com água e tampe.

3 – Agite a panela por pelo menos 40 segundos.

Pronto, cerveja gelada.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - RLO

A empresa **Prentiss Química Ltda.** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra do Paraná (IAT/PR), a Renovação da Licença de Operação (RLO), para sua Indústria Química, localizada na Rodovia PR-423, km 24,5 - Campo Largo/PR.

SESCOOP/PR
AVISO DE EDITAL CREDENCIAMENTO N.º 01/2023

OBJETO: Edital de Credenciamento 01/2023 - Prestação de Serviços de Consultoria. EDITAL disponível no site: www.paranacooperativo.coop.br, ou via e-mail: licitacao@sistemaocepar.coop.br, ou na sede do SESCOOP/PR, Av. Cândido de Abreu, 501 – Centro Cívico – Curitiba/PR. O Sistema estará disponível para credenciamento a partir do dia 06.03.2023.
NORMAS e INFORMAÇÕES GERAIS: Resoluções SESCOOP/PR nº 42, de 13.10.2014, nº 74 de 10.10.2021 e Portaria SESCOOP/PR nº 07/2022, de 07.06.2022 no site: www.paranacooperativo.coop.br ou e-mail: licitacao@sistemaocepar.coop.br

Assis Carlos Pacheco
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE SUSPENSÃO
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público, a **SUSPENSÃO** por motivo de conveniência e oportunidade em razão do interesse público, do seguinte procedimento licitatório:
Pregão na Forma Eletrônica, nº 002/2023PROTOCOLO Nº 11224-26.2022
Número da Licitação Sistema Banco do Brasil: 987420

OBJETO: Formação de registro de preços para contratação eventual e parcelada de empresa especializada no fornecimento, instalação e manutenção de persianas, bem como o fornecimento de peças ou componentes necessários para a manutenção correspondente, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

DEMAIS INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas no sítio da ALEP – Portal da Transparência http://transparencia.assembleia.pr.leg.br/ no link "Compras e Licitações", bem como no endereço: www.licitacoes-e.com.br. Demais informações pelo telefone (41) 3350-4340 ou e-mail licitacao@assembleia.pr.leg.br, em dias úteis das 09h00min às 12h00min – 13h00min às 18h00min.
Diretoria de Apoio Técnico
Curitiba, 17 de Fevereiro de 2023.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2023
A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES** torna público que decide **CANCELAR** o certame referente ao Processo Administrativo nº 002/2023, Tomada de Preços nº 0001/2023, cujo Objeto visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR REFORMA NO TELHADO COM A SUBSTITUIÇÃO E COLOCAÇÃO DE TELHAS, CONFECÇÃO DE TESOURAMENTOS NOVOS E REPAROS E SUBSTITUIÇÃO DA REDE ELÉTRICA INTERNA no prédio da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Doutor Ulysses, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, conforme especificações dos serviços a executar, quadro geral de orçamentos, cronograma físico-financeiro, com recebimento dos envelopes marcado para o dia **23 de fevereiro de 2023 às 09h:00min**. MOTIVO: Após impugnação, verificou-se a necessidade de revisar todo o processo, sendo necessária a alteração do projeto. Nova Licitação será aberta e sua data será divulgada oportunamente. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento de Licitações, através do telefone: (41) 3664-1113 ou pelo e-mail: licitações@doutorulysses.pr.leg.br. Doutor Ulysses/PR, 30 de novembro de 2022. **PEDRO MARTINS -** Vereador Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICIPIO E COMARCA DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ
REGISTRO DE IMOVEIS - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS e TITULOS E DOCUMENTOS

IVONETE PAZINATTO WISTUBA
Oficial Designada
Rua Ricardo de Lemos, 147 - CEP 83350-000 – Morretes - Paraná - Fone (41) 3462-1507
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Ivonete Pazinatto Wistuba, Oficial Designada do Registro de Imóveis da Comarca de Morretes, Estado do Paraná. **FAZ SABER** que atendendo solicitação feita pela credora fiduciária, a empresa **Servopa Administradora de Consórcios Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF so b nº 76.515.071/0001-99, com sede na rua Rockfeller, 1.118, Curitiba-PR, CEP: 80.230-130, endereço eletrônico shirlei@consorcioservopa.com.br, nos termos da Lei 9.514/97, ficam **INTIMADOS** a comparecer neste Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rua Ricardo de Lemos nº 174, Centro, nesta cidade de Morretes-PR, os Srs. **DIOGO ANDRADE DO NASCIMENTO** e sua mulher **FERNANDA FÁTIMA DE LIMA DO NASCIMENTO**, brasileiros, casados, **ele** empresário, portador da CI/RG nº 8.722.280-2-SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 037.111.599-07, **ela** do lar, portadora da CI/RG nº 12.324.438-9-SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 084.336.999-03, residentes e domiciliados à Rua Tapajós, 422 – Sobrado 02, Iguaçu, na cidade de Fazenda Rio Grande-PR, CEP 83.833-289, ou alguém por eles a fim de satisfazer as prestações vencidas e as que vencerão até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e demais encargos contratuais, os encargos legais e as custas da intimação, referentes ao Contrato Instrumento Particular de Compra e de Bem Imóvel, com caráter de Instrumento público, com recursos advindos de Fundo Comum de Grupo de Consórcio, e Constituição e Alienação da propriedade Fiduciária em Garantia - **Grupo 1522 – Cota 511.9, Proposta de Adesão nº 2968304**, datado de 16/09/2019, registrado sob nºs R.2 e R.3 na **Matricula nº 4.973**, do Livro 02, deste Serviço de Registro de Imóveis, o qual tem como garantia o imóvel descrito na predita matricula, pelo modo de alienação fiduciária, concedida pela empresa **Servopa – Administradora de Consórcios Ltda**. Valor de débito atualizado até a data de 20/03/2023: **R$17.995,01**. Em decorrência da publicação do presente Edital, os citados devedores fiduciantes serão considerados intimados e terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para satisfazerem o compromisso, sob pena de consolidação da propriedade em nome da credora fiduciária conforme prevê o Art. 26, §7º, da Lei 9.514/97. Morretes, 09 de fevereiro de 2023. Eu (a) Ivonete Pazinatto Wistuba, Oficial Designada do Registro de Imóveis, que digitei e subscrevi.

MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
1) MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
2) TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
3) EDITAL: 003/2023 - PMG
4) OBJETO: Instalação de galerias celulares pré-moldadas em concreto em um trecho de 200,00 (duzentos) metros na Rua Tocantins (trecho entre a Av. Mafra e Av. Paranavaí), no município de Guaratuba/PR, conforme convênio nº 865/2022.
5) VALOR MÁXIMO: R$684.820,04 *(seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e quatro centavos)*
6) FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: E-mail: licitacao@guaratuba.pr.gov.br
7) RECEBIMENTO DOS ENVELOPES 01 e 02: deverão ser protocolizados junto ao Protocolo Geral do Município a Rua Dr. João Cândido, nº. 380, Centro, Guaratuba/PR, **até o dia 14 de março de 2023 às 10:00hrs (dez horas)**. O CREDENCIAMENTO deverá ser entregue no início da sessão.
OBS: Para fins de aferição do horário de protocolo dos envelopes 01 e 02 será considerado o horário consignado no canhoto emitido pelo sistema de protocolo da Prefeitura Municipal (Departamento de Protocolo), após a finalização do procedimento de cadastro protocolar gerido pelo sistema da Prefeitura a duração média de 05 (cinco) minutos.
8) ABERTURA DOS ENVELOPES E INICIO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 14 de março de 2023 a partir das 10:00hrs (dez horas).
9) REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
10) RETIRADA DO EDITAL: O Edital e anexos estarão disponíveis no site do Município "portal.guaratuba.pr.gov.br".
Guaratuba, 16 de fevereiro de 2023.
Patricia I. C. Rocha da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação Públic

MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023
TIPO: MENOR PREÇO/ POR LOTE
Objeto: Locação de impressoras 3D e Mesas Digitalizadoras para atender as necessidades das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino
O recebimento das propostas, documentos, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br
Término do Prazo para Envio da Proposta e Documentos de Habilitação: 10 de março de 2023 ás 09 horas.
Data da sessão: 10 de março de 2023 ás 09 horas.
O Edital, seus anexos e possíveis alterações estão disponíveis no site oficial do Município de Guaratuba, na página www.portal.guaratuba.pr.gov.br.
Formalização de Consultas: E-mail: licitacao@guaratuba.pr.gov.br, **telefone:** (41) 3472-8576 WhatsApp/ 3472-8787.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Guaratuba, 17 de fevereiro 2023.
Taiana Bernardo Amorim.
Pregoeira

MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Estado do Paraná

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023

O municipio de Guaratuba torna público que fará realizar, às 10:00 horas do dia 15 de Março do ano de 2023, na Rua João Cândido n° 380 em Guaratuba , Paraná, Brasil, **TOMADA DE PREÇOS**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Sede	Pavimentação de vias em CBUQ	806,00 m²	90

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao@guaratuba.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (41)3472-8787.
Guaratuba, 16 de fevereiro de 2023.
Patricia I. C. Rocha da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação Pública

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

FALECIMENTOS

Circe Maria de Munhoz Furtado, 90 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal São Francisco de Paula.
Manfredo Meissner, 74 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Almirante Tamandaré).
Jardelina Rodrigues Santos, 91 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.
Mário Stella, 78 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
Weleffer Eduardo de França da Silva, 25 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Campina Grande do Sul.
Fernando Marques Fragoso, 30 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Tranqueira (Alm. Tamandaré).
Sonia Maria Alcântara de Miranda, 60 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Abranches.
João Meurer, 75 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).
Antônio Delgado Arte, 63 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade.
João Carlos de Souza, 54 anos, sepultamento hoje.
Dirceu Batista da Luz, 67 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Campina Grande do Sul.
Maria Gabriela de Jesus, 74 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.
Maria Eliza de Araújo, 65 anos, sepultamento hoje, no Crematório Luto Curitiba (Fazenda Rio Grande).
Darci Gonçalves da Silva, 77 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Bocaiúva do Sul.
Flávio André Przybysz, 50 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.
Altair Beal, 67 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.
Irene Alves da Silva, 80 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.
Lucas Valentin Teleginski, 74 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Santa Cândida.
Aguimar Peres da Silva, 54 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal São João Batista (S.J.Pinhais).
Maria do Rocio Alves Cordeiro, 76 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.
Alzina Soares dos Santos, 55 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Fazenda Rio Grande.
Nilton Vicente da Rosa, 67 anos,sepultamento hoje.

BAITA SUSTO

Celular cai do bolso, explode e assusta clientes de clínica em Curitiba

Eduardo Luiz Klisiewicz
eduardok@tribunadoparana.com.br

Colaboração/Beatriz de Oliveira

Um momento de descuido por pouco não se transformou em um grave acidente na tarde da última sexta-feira, numa clínica do bairro Alto da XV, em Curitiba. Um homem que preferiu não se identificar estava usando o banheiro no momento em que o seu celular escorregou do bolso e caiu no chão.

Numa fração de segundos a frustração por um inevitável vidro quebrado se transformou em susto e correria após a explosão do aparelho.

O smartphone, do modelo A50, da Samsung, literalmente explodiu ao cair no azulejo do cômodo. O choque do equipamento com o chão causou um estrondo e deixou o celular em pedaços; Rapidamente um cheiro de queimado e fumaça tomou conta do banheiro e de outras salas da clínica.

O dono do celular levou o que restou dele para o lado de fora, pois ainda estava pegando fogo e soltando muita fumaça. O problema só foi resolvido quando os restos do celular foram jogados numa poça de água, já no estacionamento do estabelecimento de saúde.

As marcas da explosão, como uma mancha escura no azulejo, e a condição em que ficou o celular são assustadores. Segundo o proprietário do aparelho ele fez um movimento e o celular caiu do seu bolso, de uma altura menor do que um metro, explodindo de imediato, "Foi assustador", limitou-se a dizer o ainda assustado cliente.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Samsung, que se pronunciou por nota sobre o ocorrido. "A Samsung reforça que a segurança é uma prioridade para a empresa. Com relação ao fato ocorrido, recebemos as informações e estamos apurando o caso."

Solicitamos à mesma assessoria se já houve relatos de acidentes semelhantes e pedimos algumas dicas de segurança e boas práticas no manuseio de celulares para evitar acidentes como este, mas a empresa se posicionou apenas com a nota replicada acima.

Este modelo de aparelho vem equipado com tela Gorilla Glass 3, que tem a tecnologia NDR, ou Native Damage Resistance, mais resistente que os anteriores. Segundo a fabricante tem proteção para quedas de pouco menos de 1 metro de altura.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRANSPOCRED
COOPERATIVA AILOS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESARIOS E EMPREGADOS DOS TRANSPORTES E CORREIOS DO SUL DO BRASIL – TRANSPOCRED
CNPJ 08.075.352/0001-18 | NIRE 4240002030-5

Edital de Convocação - Assembleias Digitais de Grupos de Cooperados

A Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito dos Empresários e Empregados dos Transportes e Correios do Sul do Brasil – TRANSPOCRED, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46 do Regimento Interno e o art. 6º do Regulamento de Organização dos Grupos de Cooperados da Cooperativa, convoca os Cooperados que nesta data, para efeito de "quórum", somam 38.838 (trinta e oito mil, oitocentos e trinta e oito) em condições de votar, para se reunirem em Assembleias Digitais de Grupos de Cooperados no período de 14/03/2023 a 12/04/2023, a serem realizadas digitalmente, na sede da Cooperativa, na Rua Coronel Pedro Demoro, nº 1.595, Bairro Balneário, em Florianópolis/SC, em primeira convocação, com o mínimo de 2/3 (dois terços) de seus Cooperados, em segunda convocação, com o mínimo de metade mais um de seus Cooperados, em terceira e última convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) Cooperados. Os Cooperados poderão participar e votar a distância, sendo que os locais e horários estão especificados no site da Cooperativa (https://www.transpocred.coop.br) e divulgados nos Postos de Atendimento. A primeira Assembleia Digital de Grupos de Cooperados acontecerá no dia 14 de março de 2023, às 19h em terceira convocação. Os Cooperados deliberarão sobre os seguintes assuntos que compõem a ordem do dia das Assembleias Digitais de Grupos de Cooperados:

1. Assuntos de competência da Assembleia Geral Ordinária:
a. Apresentação e deliberação sobre o Relatório do Conselho de Administração e demais documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2022;
b. Destinação das sobras apuradas no exercício de 2022;
c. Apresentação e deliberação sobre o plano de trabalho para 2023;
d. Deliberação sobre o plano de utilização do FATES para 2023;
e. Eleição dos Delegados Efetivos e Suplentes, para fins de representação dos Cooperados dos respectivos Grupos na Assembleia Geral da Cooperativa, conforme o art. 33 do Estatuto Social;
f. Assuntos gerais de interesse da Cooperativa.
2. Assuntos de competência da Assembleia Geral Extraordinária:
a. Reforma parcial do Estatuto Social, objetivando adaptá-lo à Lei Complementar nº 196/2022 e Resolução CMN nº 5.051/22, bem como ampliação da área de ação da Cooperativa e alteração da quantidade de grupos, com inclusão, exclusão e/ou alteração da redação dos artigos;
b. Ratificação das alterações do Regimento Interno realizadas pelo Conselho de Administração;
c. Deliberação sobre a captação de recursos de municípios, de acordo com a Lei Complementar nº 161 de 04/01/2018 e Resolução CMN nº 5.051 de 25/11/2022;
d. Assuntos gerais de interesse da Cooperativa.

Obs.1: Os Cooperados poderão participar, se manifestar e votar a distância utilizando a conta online ou Aplicativo Ailos, no período compreendido entre 22/02/2023 e 27/04/2023.
Obs.2: Todas as orientações necessárias, bem como a documentação pertinente a ordem do dia para participação da Assembleia Digital de Grupos de Cooperados à distância, estarão divulgadas no site da Cooperativa (https://www.transpocred.coop.br), site https://assembleiasailos.coop.br/ e nos Postos de Atendimento.
Obs.3: As demonstrações financeiras do exercício findo estarão disponíveis a partir do dia 22/02/2023 na sede da Cooperativa e divulgadas no endereço eletrônico https://www.transpocred.coop.br/sua-cooperativa/informativos-e-resultados.
Obs.4: A candidatura dos Delegados foi aberta em 01/02/2023, divulgada no site da Cooperativa (http://www.transpocred.coop.br), informativos disponíveis nos Postos de Atendimento e encerrada em 15/02/2023.
Obs.5: Reforçamos que estas Assembleias serão realizadas exclusivamente na modalidade digital, sendo que foi incluído o endereço da sede da Cooperativa unicamente para fins de cumprimento da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, publicada no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2020.

Florianópolis/SC, 02 de fevereiro de 2023.
Roberta de Souza Caldas - Presidente do Conselho de Administração

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br
TRIBUNA

PROJUDI - Processo: 0014065-78.2020.8.16.0001 - Ref. mov. 154.1 - Assinado digitalmente por Paula Nakagawa Akiyama Ricardo 01/02/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL. Arq: Edital

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO CENTRAL DE CURITIBA
2ª VARA DESCENTRALIZADA DO BOQUEIRÃO - VARA DE FAMÍLIA - PROJUDI
Av. Mal. Floriano Peixoto, 8257 - Boqueirão - Curitiba/PR - CEP: 81.650-000 - Fone: (41)3312-6900 - Celular: (41) 3312-6915
Email: forumboqueiraovarafamilia@tjpr.jus.br

Autos nº. 0014065-78.2020.8.16.0001
Processo: 0014065-78.2020.8.16.0001
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.000,00
Requerente(s): Priscilla Medeiros Corrêa Milhomem (RG: 82731199 SSP/PR e CPF/CNPJ: 034.217.309-03) Rua David Tows, 890 Apto. 203, Bloco 1 - Xaxim - CURITIBA/PR - CEP: 81.830-270 - Email: priscillamedeiros@hotmail.com - Telefone(s): (41)99159-9363
Requerido(s): ZENILDE MEDEIROS (RG: 155698900 SSP/PR e CPF/CNPJ: 577.826.959-53) Rua Blumenau, 832 Casa de Repouso Viver Feliz - Indaial - INDAIAL/SC - CEP: 89.130-000 - Telefone(s): (47) 98474-2181

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO: Sem Prazo

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Descentralizada do Boqueirão - Vara de Família, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0014065-78.2020.8.16.0001, em que é (são) autor(es) Priscilla Medeiros Corrêa Milhomem, e réu(s) ZENILDE MEDEIROS, e que por este edital A TODOS OS INTERESSADOS COMUNICA que foi decretada a interdição de ZENILDE MEDEIROS, por sentença transitada em julgado no dia 30/11/2022, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de sequelas de acidente, inclusive neurológicas, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários e por não possuir mais o discernimento para a prática de atos negociais, transações comerciais, manutenção do patrimônio ou mesmo gerenciamento de seus proventos, a curatela deve abranger a prática de todos os atos da vida civil, com as ressalvas previstas no §1º art. 84 da Lei 13.146 /2015. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Priscilla Medeiros Corrêa Milhomem portador(a) do RG: 82731199 SSP/PR e CPF: 034.217.309-03, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " [...]com fundamento no art. 747 e seguintes do CPC, julgo procedente o pedido inicial, confirmando a decisão que antecipou os efeitos da tutela de mérito, para impor a curatela a Zenilde Medeiros, nomeando curadora Priscilla Medeiros Corrêa Milhomem".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Suhelen Castegnaro, Estagiária, conferi e digitei.

Paula Nakagawa Akiyama
Técnica Judiciária
(Subscrito por ordem Judicial)

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSPY EF6GA CCGGR RMESR

D4Sign 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

49 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 19 de February de 2023, 21:15:24

TBR200223 pdf

Código do documento 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9

Assinaturas

EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Feb 2023, 21:13:12
Documento 9ab807c0-dad4-4006-8186-fa01f73c40d9 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-19T21:13:12-03:00

19 Feb 2023, 21:13:59
Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-19T21:13:59-03:00

19 Feb 2023, 21:14:58
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.64.110 (bfb1406e.virtua.com.br porta: 22724). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2023-02-19T21:14:58-03:00

Hash do documento original
(SHA256):031f81a0714ade71579bd6e5a637c228e4c645c1c37ecf9179df88d8edab0b05
(SHA512):6a1a0a760c70b8161bab798e5eacead6cff72754358aedf0fd0bdf2a9d54977faf68739a57d81015a9e24e52eb38508b5887f9f1bb32c29381d2ea252b05f455

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign